



Assembleia Municipal de Sesimbra

ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SESIMBRA

REALIZADA NO DIA 14 DE FEVEREIRO DE 2014

-----Aos catorze dias do mês de fevereiro de 2014, no Auditório Conde de Ferreira, realizou-se a sessão ordinária de fevereiro da Assembleia Municipal de Sesimbra (AMS), sob a presidência da Sr.ª Joaquina Odete Martins da Graça, e secretariada pelos Srs. Carmen Dolores Mártires Marcelino Cruz e João Francisco da Conceição Ribeiro Narciso, Primeira e Segundo Secretários, respetivamente, com a seguinte Ordem de Trabalhos: -----

- 1. APRECIÇÃO DA ATIVIDADE MUNICIPAL;** -----
- 2. EMPRÉSTIMO DE CURTO PRAZO ATÉ AO MONTANTE DE 1,5 MILHÕES DE EUROS – CLÁUSULAS CONTRATUAIS;**-----
- 3. CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – CONSTITUIÇÃO;** -----
- 4. PROJECTO DE LEI Nº 472/XII/3º (LIMITES TERRITORIAIS ENTRE OS CONCELHOS DE SESIMBRA E DO SEIXAL) DA INICIATIVA DO GRUPO PARLAMENTAR DO PCP – PEDIDO DE PARECER PELA COMISSÃO PARLAMENTAR DE AMBIENTE, ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E PODER LOCAL;** -----
- 5. PROGRAMA DOS 40 ANOS DO 25 DE ABRIL.** -----

-----Feita a chamada verificaram-se as seguintes presenças: -----

-----Pelo Grupo Municipal da CDU - Joaquina Odete Martins da Graça, Francisco Manuel Soares Cordeiro, Nuno José Almeida Nabais Antunes, Maria Helena dos Santos Cancela Cordeiro, Rui João Graça Rodrigues, Tiago José dos Santos Silva Aragão, João Francisco da Conceição Ribeiro Narciso, Maria José da Cruz Vieira Borges, Abel João Francisco Valadão e Clara Maria dos Reis Gonçalves Ferro Salvador; -----

-----Pelo Grupo Municipal do PS - Manuel José Cardoso Alves Pereira, Pedro Miguel dos Santos Mesquita, Nelson Carlos Simplício Pólvora, Miguel Maria Ferraz Alarcão Bastos, Manuel Barros Cardoso e Paulo Rodrigo Marquês Ruivo;-----

-----Pelo Grupo Municipal do PSD/CDS-PP - Joaquim José Mendes Dias e José Manuel Lobo da Silva;

-----Pelo Grupo Municipal do MSU - Nuno Miguel Veiga Pinto Ribeiro e João Carlos Guimarães Rodrigues;-----

-----Pelo Grupo Municipal do BE - José António Melo Nunes Guerra;-----

-----Verificou-se ainda a presença do Presidente da Junta de Freguesia do Castelo, Francisco Manuel Firmino de Jesus, de Artur José da Cunha Borges, em substituição da Presidente da Junta de Freguesia de



Assembleia Municipal de Sesimbra

Santiago e de Francisca Maria Martins Fontes Rosa, em substituição do Presidente da Junta de Freguesia da Quinta do Conde. -----

-----Comprovada a existência de quórum, vinte e quatro presenças, a **Presidente da Assembleia Municipal**, declarou aberta a reunião eram vinte e uma horas e quarenta e sete minutos.-----

-----Verificou-se também a presença do Presidente da Câmara Municipal de Sesimbra (CMS) Augusto Manuel Neto Carapinha Pólvora, dos Vereadores José Henrique Peralta Polido, Sérgio Manuel Nobre Marcelino, Claudia Sofia Durand Cocharra Gorjão da Mata e Francisco José Pereira Luís. -----

-----Não compareceram os Vereadores, Américo Manuel Machado Gegaloto e a Felícia Maria Cavaleiro Costa, que justificaram a sua ausência.-----

-----A **Presidente da Assembleia Municipal** (AM) após cumprimentar todos os presentes passou à justificação das faltas dos Deputados na presente sessão. -----

-----Informou que tinha solicitado a substituição, por razões de saúde, o Deputado Alain Monteiro Grenho (CDU), sendo convocada a cidadã Clara Maria dos Reis Gonçalves Ferro Salvador, à qual, por se tratar da 1ª vez, foi verificada a identidade e legitimidade e investida nas suas funções, sendo-lhe desejado votos de bom trabalho. Igualmente solicitou a substituição a 1ª Secretária Carmem Dolores Mártires Marcelino da Cruz, por razões familiares, sendo convocado o cidadão Abel João Francisco Valadão, a quem, foi verificada a identidade e legitimidade de eleito e investido nas suas funções, e sendo-lhe desejado votos de bom trabalho. Também pediu a substituição, a Deputada Ana Paula Gato Rodrigues, sendo convocado para a substituir o Deputado Paulo Rodrigo Marquês Ruivo, a quem foi verificada a identidade e legitimidade de eleito e investido nas suas funções, sendo-lhe desejado votos de bom trabalho. -----

-----Informou ainda, que solicitou a substituição, por razões de ordem profissional, a Deputada Joana Maria Braz de Oliveira Alarcão Bastos (PS), sendo convocado para a substituir o Deputado Miguel Maria Ferraz Alarcão Bastos, já presente na sala. -----

-----Seguidamente a **Presidente da AM** disse que queria dar algumas informações importantes. -----

-----Informou, que o Presidente da Junta de Freguesia do Castelo, Francisco Jesus, fruto do último Congresso da Associação Nacional de Freguesias (ANAFRE) tinha sido eleito vice-presidente desta associação. Portanto ficava o registo e a satisfação de mais um elemento da Assembleia Municipal de Sesimbra fazer parte de estruturas organizativas no âmbito das autarquias a nível nacional, a quem desejavam votos de um bom trabalho. -----

Ata nº 7 – Mandato 2013-2017



Assembleia Municipal de Sesimbra

-----Informou ainda, que a convite dos deputados do Partido Comunista no Parlamento Europeu, uma delegação de cerca de 25 elementos da AMJovens iria deslocar-se a Bruxelas para uma visita ao Parlamento Europeu. O trabalho já estava a ser dinamizado ao nível das Escolas e tinha sido já entregue a lista final. Estavam a aguardar que fosse enviado um programa definitivo para depois ser dado conhecimento a todos os deputados do teor dessa visita. -----

-----Disse que gostaria de dar conta de uma situação, e atrevia-se desde já a solicitar aos seus colegas da Comissão de Líderes que pudessem vir a apreciar, aquilo que poderia vir a ser uma auscultação, quer à Associação Nacional de Municípios, quer inclusivamente marcar uma posição da Assembleia Municipal de Sesimbra, que se referia concretamente à publicação da nova Lei do Orçamento Geral do Estado, que se aplicava de forma unilateral aos deputados da Assembleia Municipal, que são funcionários públicos, assim com também, à Sr^a. Vereadora Cláudia e ao Sr. Vereador Américo. -----

-----Portanto, contrariamente ao que era há um ano, numa assembleia os elementos que têm funções públicas estão sujeitos a esta regra, os que não são da função pública não têm qualquer prestação de contas a fazer relativamente às suas senhas de presença. Isto significa que o total do que era auferido das senhas de presença, acrescido do respetivo vencimento que são €675,00, é feito uma cobrança logo de imediato, mensal, de cerca de 2,5%, e ia aumentando até chegar aos 12%. Consideravam que haveria, porventura, deputados na Assembleia Municipal que em determinados meses teriam que pagar para estar na Assembleia. Havia aqui sinais de grande injustiça, e gostaria de recolocar esta questão com os dados que a Lei lhes dava para uma melhor visualização daquilo que era a aplicação do imposto que era feito aos membros da assembleia.-----

-----Depois disse que gostaria de sublinhar e deixar expresso, ao Sr. Presidente da Câmara e aos Srs Vereadores, e por seu intermédio aos respetivos serviços, o agradecimento pela disponibilidade que lhes tinham sido concedidas aquando da visita que tinham feito aos serviços da Câmara. E embora ainda não tivessem documentos que pudessem provar a satisfação e quanto esta ação foi positiva, acreditavam, dos contactos obtidos ao longo desse dia, que era mais uma iniciativa que se devia manter. Era sempre importante conhecer, nomeadamente para aqueles que têm menos conhecimento, quer a estrutura da própria autarquia, quer inclusivamente a própria dinâmica dos serviços da Câmara.-----

-----Seguidamente a **Presidente da AM** deu início ao “**Período de Antes da Ordem do Dia – PAOD**”, informando que tinham para este período 5 documentos, um voto de pesar; uma saudação à ArtesanalPesca; uma Moção “Mapa Judiciário - Uma solução inaceitável para Sesimbra” – apresentada

Ata nº 7 – Mandato 2013-2017



Assembleia Municipal de Sesimbra

pela bancada do PS; uma Recomendação “Cemitério para animais” – apresentada pela bancada do PSD; e uma Moção “Contra a privatização de serviços públicos” – apresentada pela bancada da CDU. -----

-----Indicou depois, que já muito para além daquilo que é regimentalmente descrito quanto à receção de documentos para o “PAOD”, que deve ser feita até às 17h00 da véspera da sessão, tinham tido conhecimento de uma Moção do Bloco de Esquerda. Esse documento não foi integrado nos documentos do “PAOD” da presente sessão, mas em todo o caso convidava o Deputado José Guerra, a fazer a abordagem do documento na apreciação da atividade municipal, mas se achasse que o documento deve ser trabalhado ao nível da Comissão de Líderes, também o podia fazer. -----

-----Seguidamente passou à leitura do **“Voto de Pesar – Joaquim Manuel Ferreira Martelo**, apresentado em nome da Comissão de Líderes, e que se transcreve:-----

-----*“No passado dia 13 de janeiro faleceu Joaquim Manuel Martelo Ferreira, homem do poder local de abril, vítima de doença prolongada.*-----

Desde muito cedo que a sua participação na vida autárquica do município era por todos reconhecida e acarinhada.-----

-----*Desde a junta de freguesia de Santiago, Câmara Municipal e até a na própria assembleia municipal, Joaquim Manuel participava empenhadamente, em espírito de cooperação, solidariedade e sempre a favor dos interesses das populações locais e do desenvolvimento do município de Sesimbra.*-----

Fica entre nós a memória de um homem de projetos e de valores da cidadania, participação e democracia. - Que todos e todas nós, saibamos continuar este legado tão importante a construção duma sociedade mais justa e solidaria.-----

-----*A assembleia municipal reunida a 14 de Fevereiro, delibera um voto de pesar, expressando as mais sinceras condolências à esposa, filho, restantes familiares e amigos, perda deste homem amigo, que tão bem soube servir a democracia e sempre honrou os seus compromissos de eleito do poder local sesimbrense.*-----

-----*A Comissão de Líderes dos Grupos Municipais”.*-----

-----Seguidamente foi ainda guardado 1 minuto de silêncio.-----

-----Seguidamente **a Presidente da AM** referiu, que tal como tinha ocorrido na sessão anterior, e por sugestão também da Comissão de Líderes, cada documento do “PAOD” seria imediatamente discutido após a sua leitura, portanto entendiam que este pudesse ser o modelo de funcionamento e também de



Assembleia Municipal de Sesimbra

melhor controle dos tempos relacionados com este período. Portanto iria fazer a leitura da Saudação à ArtesanalPesca. -----

-----SAUDAÇÃO-----

-----“**A ARTESANALPESCA** é uma cooperativa de produtores de pesca artesanal de Sesimbra, criada em 1986, com o objetivo de valorizar os produtos do mar capturados pelos pescadores sesimbrenses. -----

-----Ao longo de quase três décadas tem marcado presença na vida local e granjeado prestígio a nível nacional e internacional. -----

-----A expansão desta empresa conheceu no passado dia 29 de Janeiro uma nova área industrial, que tem perto de dois mil metros quadrados, vai permitir aumentar a capacidade de processamento de peixe-espada preto, polvo, e espécies pelágicas, como a sardinha, a cavala ou o carapau, e representou um investimento na ordem dos três milhões de euros, tendo sido comparticipada em 40 por cento pelo programa PROMAR. -----

-----Mas para além desta sua capacidade laboral, que tem marca de qualidade, inovação e com grande espírito de empreendedorismo, é já hoje uma entidade empregadora para cerca de 60 trabalhadores o que denuncia um bom indicador para a vida económica local e em particular para a vida dos sesimbrenses. -----

-----A assembleia municipal partilha deste momento particularmente importante, deixando este registo sob a forma de saudação, na qual pretende incluir todos quantos ao longo destes anos acreditaram neste projeto e com a sua capacidade e visão de futuro souberam promover esta empresa de referência e prestígio a nível internacional. -----

-----Sesimbra agradece. -----

-----A assembleia municipal, reunida a 14 de Fevereiro, decide saudar a empresa ARTESANALPESCA, pela sua capacidade empresarial e expansão dum nova área industrial. -----

-----A Comissão de Líderes dos Grupos Municipais”. -----

-----Colocada à votação, a **Saudação foi aprovada por unanimidade.** -----

-----Seguidamente a **Presidente** cedeu a palavra ao **Deputado Manuel José Pereira** que, em nome da bancada do PS, fez a leitura da **Moção: “Mapa Judiciário - Uma solução inaceitável para Sesimbra”**. -----

-----“No ano em que se comemoram os 40 anos da Revolução dos Cravos, símbolo da liberdade, coesão social e justiça, o Governo do PSD-CDS inflige mais um severo golpe numa outra conquista de Abril: O Estado Social. -----

Ata nº 7 – Mandato 2013-2017



Assembleia Municipal de Sesimbra

-----Este mês iniciou-se com a aprovação em Conselho de Ministros do diploma legal que irá extinguir 47 Tribunais em todo o País e descaracterizar muitos dos existentes, retirando-lhes competências e valências sem criteriosa justificação, designadamente no que se refere aos acessos e mobilidade, bem como na afetação dos recursos humanos necessários para o bom funcionamento dos mesmos. -----

-----Em 2007 a reforma do mapa judiciário tinha sido objeto de proposta de um quadro de consenso entre o Governo Socialista e a bancada parlamentar do PSD, acordo abandonado pela liderança de Luís Filipe Menezes. À data foi constituída uma equipa de trabalho junto do Ministério da Justiça, bastante heterogénea por forma a representar os vários agentes profissionais e sociais envolvidos, a qual desenvolveu a sua proposta com base num estudo da faculdade de Economia do Porto. Não é, talvez neste momento, importante recordar os méritos e as menos valias desse trabalho. Apenas assinalar o desperdício de tudo ter sido posto de lado e recomeçado de novo, sem atender ao que já tinha sido feito, como este Governo fez, reafirmando aquela que tem sido mais uma das suas más características: a arrogância perante a crítica. -----

-----A proposta apresentada recupera a divisão territorial administrativa coincidente com os distritos, delimitação aparentemente abandonada com a extinção dos Governos Cívicos, e sem correspondência com a NUTS, as unidades territoriais estatísticas de gestão comumente utilizadas nos projetos comunitários.

-----Mas fez mais: no nosso distrito abriu uma exceção aos municípios que integram a Área Metropolitana de Lisboa e dentro destes dividiu-os entre aqueles que ficam na nova comarca de Lisboa e os que transitam para a nova comarca de Setúbal cujo território judicial se estende até Sines. -----

-----Em concreto, no nosso Distrito e em especial para o nosso município, **Sesimbra**, a proposta de mapa judiciário revela-se desadequada e subvalorizada na perspetiva daquilo que deve ser a justiça: próxima do cidadão, garante de salvaguarda de direitos, em especial nos difíceis tempos presentes, dos direitos laborais, económicos e sociais. Com esta organização judiciária os munícipes terão de se deslocar a Alcácer do Sal para tratar de alguns assuntos judiciais, percorrendo assim mais de 100km, sem qualquer transporte público com ligação direta e muito menos que assegure, no próprio dia, a presença em Tribunal para uma diligência que seja agendada para as 9.00 h da manhã; ou terão que ir para Setúbal tratarem de assuntos de direito da família e menores, quando agora o fazem no Seixal, município a uma distância muito menor do nosso; ou deslocar-se-ão ao tribunal de trabalho em Setúbal, quando agora o fazem em Almada. -----



Assembleia Municipal de Sesimbra

-----Sesimbra está integrado no círculo judicial de Almada e Seixal. Estes dois municípios ficam integrados na nova comarca de Lisboa, e Sesimbra é excluída sem nenhuma razão concreta, evidente, objetiva, passando a “Instância local do Tribunal Judicial da Comarca de Setúbal”. -----

-----A justiça, tal como o poder, só tem sentido se estiver ao serviço das populações. Um tribunal a mais de 100 km não resolve problemas de ninguém, porque tal como o que está a acontecer na saúde, as pessoas desistem porque não têm condições para suportar o custo da deslocação -----

-----A reforma judiciária foi feita de costas voltadas para a população, sem consensualização prévia com os autarcas, garantes da qualidade de vida e dos interesses das populações. Não é só uma questão de perda simbólica dos sinais identificativos da terra. É a perda de qualidade de vida de todos nós cidadãos sesimbrenses, que está em causa e é essa mesma preservação de interesse público que dá também toda a justiça à rejeição clara da reorganização administrativa das freguesias levada a cabo no ano passado. -----

-----As forças políticas de Sesimbra, os representantes políticos dos sesimbrenses, não podem ficar indiferentes a estas medidas que não constituem um benefício nem para Sesimbra, nem para a região. -----

-----Por tudo isto, a Assembleia Municipal de Sesimbra, reunida em 14 de fevereiro de 2014, delibera:---

-----a) manifestar o seu desacordo e repúdio perante a solução vertida no mapa judiciário apresentado pelo Ministério da Justiça e aprovado em Conselho de Ministros; -----

-----b) requerer ao Ministério da Justiça e aos grupos parlamentares das forças políticas representadas na Assembleia da República, reuniões com presença de elementos da Assembleia Municipal e da Câmara Municipal de Sesimbra, podendo ainda convidar-se a Delegação de Sesimbra da Ordem dos Advogados, a fim de expor as suas preocupações com a proposta preconizada e debater soluções alternativas que permitam ainda, ao contrário de outras reformas territoriais como foi o caso da redelimitação das freguesias, salvaguardar o interesse dos cidadãos na celeridade e na proximidade do acesso à Justiça, outra das conquistas de Abril”. -----

-----Terminada a leitura, a **Presidente da AM** deu a palavra aos deputados para se pronunciarem. -----

-----O **Deputado Mendes Dias** referiu que ao ler a Moção do Partido Socialista tinha ficado perplexo, não por não ser jurista, ou da área da justiça, mas via no documento um resumo de inverdades, temas mal explicados. Mas por outro lado sabiam que aquilo que o Partido Socialista pretende, era atacar claramente o Governo, atacar uma reforma judiciária que foi feita pelo atual governo, e que não foi



Assembleia Municipal de Sesimbra

possível fazer no tempo dos governos do PS. Era a velha questão: se eu não fiz, outro também não pode, ou não deve, fazer. -----

-----Depois disse, a respeito do Distrito de Setúbal e aos sesimbrenses, que lhe parecia ser a grande preocupação do PS, quando convinha ao Partido Socialista os sesimbrenses estão em primeiro lugar, era pena que não tivesse feito nada por Sesimbra quando esteve no Governo, que em Setúbal há 5 instâncias especializadas. Com aquela reforma, que com certeza iria para a frente, passaria a haver em Setúbal 11 instâncias especializadas e a instalação do DIAP. Portanto era dar mais qualidade, mais acesso à justiça, aos nossos concidadãos. Não conseguia perceber onde é que o PS conseguia arranjar argumentos para a presente Moção. Percebia em termos políticos o ataque ao Governo, mas não se pusesse na Assembleia Municipal de Sesimbra a dizer que aquela moção era para salvaguardar os sesimbrenses em termos de acesso à justiça. Sugeria à bancada do Partido Socialista que retirasse a moção, ou a fizesse baixar à Comissão de Líderes para ser mais bem estudada. Há coisas que se conseguem sempre melhorar, e o mapa judiciário podia ser melhorado, mas não com sugestões como as que estavam naquela moção. -----

-----O **Deputado Miguel Ribeiro** disse que após ouvir atentamente o Deputado Mendes Dias, não podia deixar de concordar com a maior parte das coisas que foram ditas. Não se colocava em causa a discordância quanto ao novo mapa Judiciário, colocava-se em causa se o novo mapa judiciário vai ou não afetar a vida dos sesimbrenses. Por outro lado havia realmente alguns erros que, na sua opinião, podiam ter sido evitados caso esta questão tivesse sido discutida, nomeadamente, com os juristas que fazem parte da Assembleia Municipal, que poderiam ter evitado esses erros. -----

-----Depois, a argumentação que era despendida, à margem da questão dos erros cometidos, também não lhes parecia que fosse muito viável. E fazia ali a comparação entre a deslocação a um Tribunal de Família do Seixal, presentemente pessoas de Sesimbra que quisessem tratar de uma questão com menores ou de família, teriam que se deslocar ao Seixal e não a Setúbal. Recordava, que anteriormente o Tribunal de Setúbal foi competente para resolver estas questões, portanto não era por se voltar a Setúbal que os sesimbrenses vão ficar mais prejudicados. -----

-----Outra coisa que convinha salientar, era realmente a criação de um DIAP por distrito. Ou seja, o distrito de Setúbal vai beneficiar de um DIAP, que só existe em Lisboa e no Porto. O facto de se alterar as designações, Sesimbra passa a ser uma instância local do Tribunal Judicial da Comarca de Setúbal, aqui a opção do Governo foi claramente limitar o Mapa Judiciário a 23 comarcas, uma delas Setúbal, e dentro da comarca de Setúbal inserir uma série de instâncias locais e instâncias centrais e no fundo alargar o leque

Ata nº 7 – Mandato 2013-2017



Assembleia Municipal de Sesimbra

de instâncias com competências especializadas, e isto também lhes parecia muito positivo. Naturalmente não concordavam com todos os argumentos que foram invocados pelo Governo para alterar o mapa Judiciário que está em vigor, no entanto salientavam aspetos bastante positivos. -----

-----Portanto o que lhes parecia, e em gesto de conclusão, é que se devia colocar esta questão de uma outra forma, porque a questão da justiça é uma questão central. Se noutras circunstâncias o Partido Socialista procurou consensos ao nível das restantes bancadas municipais, porque é que não o tinha feito desta vez? Era um bocadinho forçado a concordar, que existia na presente moção alguma tentativa do Partido Socialista tirar alguns dividendos políticos da situação. Também julgava que aquela moção, da forma como estava redigida, devia ser retirada e eventualmente ser discutida na Comissão de Líderes. --

-----O **Deputado Nuno Nabais** disse que aquele assunto era muito sério, a questão da proximidade da justiça é um dos pilares essenciais de um estado de direito democrático, ter não apenas uma justiça independente, mas ela estar próxima dos cidadãos, para que pudesse ser verdadeiramente exercida. Achava que o novo Mapa Judiciário devia suscitar de todos os deputados uma análise mais cuidada, mais profunda, talvez até ao nível de baixar à comissão, porque de facto era muito importante. E se de facto, como tudo levava a crer, o concelho de Sesimbra ficasse lesado, ficasse mais afastado de poder recorrer às instâncias judiciais, por estar em Setúbal, Alcácer do Sal, etc., era uma questão muito importante e devia ser vista em profundidade. Achava muito pertinente, muito atual e fundamental para a vivência da democracia, porque de facto uma justiça próxima, uma justiça célere, era fundamental. -----

-----O **Deputado Lobo da Silva** referiu que pouco mais havia a dizer, no entanto gostaria que o Partido Socialista identificasse quais são os 47 tribunais que aquele diploma ia encerrar. E que identificasse relativamente ao município de Sesimbra, porque é que a proposta do Mapa Judiciário se revelava desadequada e sobrevalorizada. -----

-----A **Presidente da AM** disse que antes de dar a palavra ao deputado Manuel José Pereira, uma vez que já tinha sido sugerido por dois deputados que a moção devia baixar à Comissão de Líderes, perguntava-lhe, enquanto proponente, se concordava com essa sugestão.-----

-----O **Deputado Manuel José Pereira** referiu que antes de responder à questão da Sr^a. Presidente, queria dizer ao Deputado Lobo da Silva que bastava ver as 47 autarquias que evocaram providências cautelares, bastava ir à Internet. E não tinham adotado a postura da providência cautelar, nem lhes competiria propor isso na Assembleia, aquilo que propunham era o diálogo. -----

Ata nº 7 – Mandato 2013-2017



Assembleia Municipal de Sesimbra

-----Quanto à questão que o Deputado Miguel Ribeiro referiu de terem enviado a proposta na véspera da sessão, antes das 17H00, pensava que dava espaço suficiente para qualquer grupo político que os quisesse interpelar no sentido de melhorarem alguma coisa, era esse o objetivo de se entregar as moções até à véspera da sessão. Mas aceitava que o deputado dissesse que devia ter partido da sua bancada, até porque já tinha acontecido noutras situações, a proposta de dialogarem com outras forças políticas para fazerem uma moção conjunta. Essa era de facto a postura que a bancada do PS tinha e iria manter no futuro, mas desta vez não houve oportunidade de o fazer. O que não queria dizer, que todas as forças políticas da assembleia não o pudessem ter feito, nomeadamente aquilo que estavam a sugerir naquele dia, que a moção baixasse à comissão. -----

-----Comparar aquela reforma com a anterior, podia não ser totalmente claro que o pudessem fazer, sobretudo, porque estavam numa fase diferente da vida das pessoas, nomeadamente da vida dos sesimbrenses. Quem lhes dizia que a secção de execução de Setúbal não ia ficar em Alcácer do Sal, diziam transitoriamente, não seria um transitório como o Tribunal de Sesimbra? Todos sabiam que a Câmara há algum tempo atrás deu um terreno para o novo tribunal, que esteve em PIDACC, depois a obra do Tribunal acabou por cair. Mas o Tribunal de Sesimbra onde está e nas condições em que está, todos sabiam que não está bem. Portanto este era o primeiro passo de outras ações que gostariam de ter, para melhorar substantivamente a ação do poder judicial em Sesimbra. E sabiam que havia disponibilidade da Câmara Municipal e de todas as entidades de Sesimbra para que isso pudesse acontecer. -----

-----De facto a desvalorização das valências que ficam em Sesimbra vão prejudicar claramente as pessoas, porque ir ao Seixal, nomeadamente para a população da Quinta do Conde, que é maioritária do concelho de Sesimbra, é muito diferente que ir a Almada ou ir a Setúbal. Para quem vive em Sesimbra, é muito mais fácil ir a Almada, para não falar da dificuldade em ir a Alcácer do Sal. Ir ao Barreiro é muito mais fácil para quem reside na Quinta do Conde, do que ir a Setúbal. Porque é que Sesimbra fica no círculo que sai da Área Metropolitana? Porque é que Sesimbra não fica com Almada e Seixal nesse círculo? Não se entendia. Se o PSD conseguisse explicar as razões dessa decisão, ponderaria eventualmente. Agora o objetivo da sua bancada, era que fosse possível discutir estas matérias com os grupos políticos, com os grupos parlamentares, e fazerem propostas. E devia dizer-lhes claramente, que deviam envolver nisto todos os agentes judiciários, sem qualquer dúvida, mas terem a garantia de que aquilo que estavam a propor tinha o acordo integral da Ordem dos Advogados da Delegação de Sesimbra. -

Ata nº 7 – Mandato 2013-2017



Assembleia Municipal de Sesimbra

-----O **Deputado José Guerra** usou da palavra para dizer que depois de ouvir as várias intervenções, não via qualquer problema que o documento baixasse à Comissão de Líderes, até porque seria uma oportunidade do documento poder ser melhorado.-----

-----O **Deputado Tiago Aragão** disse que este assunto da proximidade da justiça aos cidadãos era um assunto que os preocupava extremamente, era de facto um dos principais deveres do estado e uma das funções para o qual ele existe. E portanto estavam solidarizados com todos os tribunais que iam encerrar e que deixavam populações a uma distância muito grande, logo, do Tribunal de Comarca, sem dúvida. No caso em particular de Sesimbra, poderia vir a trazer eventualmente alguns constrangimentos, na questão da secção de execução passar para Alcácer do Sal, ainda que provisoriamente, conforme constava no mapa 3 dos diplomas aprovados. Agora era um tema que lhes parecia que tinha ainda alguma complexidade e o qual gostariam que pudesse vir a ser devidamente preparado, de forma a ter o máximo de impacto possível na defesa dos munícipes de Sesimbra e na defesa do direito à justiça dos cidadãos portugueses, sensibilizando os respetivos órgãos para esse efeito. E por esse motivo, parecia-lhes que seria preferível o documento baixar à Comissão de Líderes para se afinar alguns dos aspetos que estavam indicados e depois com uma força maior aprovarem o documento. -----

-----Foi cedida a palavra ao **Presidente da Câmara Municipal** que disse que a única questão que poderia acrescentar, era que tinha sido solicitada à Câmara uma reunião pela Delegação de Sesimbra da Ordem dos Advogados. Essa reunião estava agendada para dia 18 do presente mês e o tema dessa reunião era o novo Mapa Judiciário, não tinham mais nenhuma informação. Ao nível da Câmara também não tinham feito ainda essa discussão, porque também não era evidente os tais prejuízos, era uma coisa que tinha que ser aprofundada. Portanto poderiam vir a confirmar alguma coisa depois da reunião com a Delegação de Sesimbra da Ordem dos Advogados. -----

-----Usou da palavra o **Deputado Miguel Bastos** que disse ter duas ou três notas para esta questão da justiça. E pegando nas palavras do deputado Nuno Nabais, chamava realmente à colação a questão de que a justiça continua a ser, e tem que continuar a ser cada vez mais, um dos pilares fundamentais do regime democrático. Todos sabiam que a justiça em Portugal é perfeitamente desigual, o 25 de abril ainda não tinha chegado à justiça do país. Continuava-se a ter claramente, uma justiça para ricos e uma justiça para pobres e esta era nitidamente uma das questões fundamentais. E a proposta da sua bancada visava fundamentalmente alertar, não contra a uma reforma por ser uma reforma, mas contra o tipo de reforma que era executada. E estava perfeitamente de acordo, que se a maioria dos deputados da

Ata nº 7 – Mandato 2013-2017



Assembleia Municipal de Sesimbra

assembleia considerassem que era um assunto que devia ser analisado com mais profundidade, só lhes ficava bem e só iriam tirar dividendos disso. Agora não aceitava que se discutisse aquele problema de *questiúncula* meramente político-partidário. Por esse caminho não ia e recusava-se a debater este tipo de problemas na Assembleia a esse nível. Todos tinham o direito de discutir os problemas, prioritariamente dos seus concidadãos de Sesimbra e de Setúbal, porque eram esses que tinham que representar prioritariamente, e secundariamente então, o todo nacional. Portanto era nesta perspetiva que se colocava e via com bastante agrado que a Assembleia debatesse um tema daquela importância. -----

-----Depois a **Presidente da Assembleia** disse ao deputado Manuel José Pereira que, como ele sabia, do ponto de vista regimental a proposta só teria condições de baixar a uma Comissão se fosse esse o acordo do proponente. Portanto agradecia-lhe que se pronunciasse, ainda que há pouco referisse que considerava importante que devia haver mais debate sobre aquela questão. -----

-----O **Deputado Manuel José Pereira** disse que a sua dúvida era baixar para quê? A Comissão de Líderes poderia pedir um parecer à Ordem dos Advogados, na sequência da reunião que a Câmara iria ter com a Delegação de Sesimbra, poderiam pedir um parecer aos juristas da Câmara, portanto não estava a ver que baixar à Comissão de Líderes fosse resolver o assunto. Por exemplo, a Moção poderia ser apreciada na próxima reunião ordinária, que devia ser para o Relatório e Contas, mas será que iam ter condições? Mas naturalmente que não excluía essa possibilidade. -----

-----Em relação às questões colocadas pelo Deputado José Guerra, disse que admitia que como o assunto estava na ordem do dia, mas nem todos os deputados tinham ainda o máximo de informação sobre os problemas que o novo Mapa Judiciário irá ter para os municípios de Sesimbra. Mas passava a informar: As ações executivas que estão em Sesimbra passam para a secção de execuções de Setúbal, que funciona no Tribunal de Alcácer, a 100km. As ações laborais, que estão no Tribunal de Trabalho de Almada, passam para Setúbal. As ações de família e menores, do Seixal passam para Setúbal. As ações de direito de comércio, que estão no Tribunal de Comércio de Lisboa, passam para Setúbal. A distância mais próxima do concelho de Sesimbra, que é a Quinta do Conde, para o Seixal são 11km, para Setúbal são 20 km, além da questão das acessibilidades e dos transportes públicos. Da Quinta do Conde ao Barreiro são 11 km, para Setúbal são 20 km. E portanto, este tipo de questões com as dificuldades que as famílias presentemente têm, vai apenas aprofundar o problema que o Deputado Miguel Bastos tinha há pouco levantado. Todos sabiam, que existia uma justiça para pessoas com mais possibilidades e que a justiça funciona de outra forma para as pessoas com menos possibilidades e uma justiça para pobres. -----

Ata nº 7 – Mandato 2013-2017



Assembleia Municipal de Sesimbra

-----Portanto o que estavam a tentar era trazer esta questão à colação e terem tempo, porque o processo legislativo, eventualmente, ainda o garantiria, de tentar provocar alguma inflexão na decisão, era esse o objetivo. Se naturalmente a isso, os grupos da Assembleia Municipal optarem por votar contra a proposta do Partido Socialista, naturalmente, que o Partido Socialista teria todo o gosto em vir a discutí-la em comissão mais tarde, embora não percebesse muito bem o que é que a comissão podia adiantar àquele documento. Provavelmente teria pelo menos a vantagem de todos os deputados da assembleia puderem estudar melhor o assunto e para a próxima reunião estarem mais bem preparados para votá-lo.--

-----A **Presidente da AM** chamou a atenção dos deputados que ainda tinham mais três documentos e já estavam com este assunto há meia hora, portanto iria dar a palavra aos deputados, Mendes Dias e Francisco Cordeiro e depois passavam à votação. -----

-----O Deputado **Manuel José Pereira** pediu a palavra para informar que o Partido Socialista aceitava que a Moção baixasse à Comissão de Líderes.-----

-----A **Presidente da AM** agradeceu e disse que assim já se tornavam mais claras as intervenções que pudessem vir a ser consideradas. -----

-----Deu a palavra ao **Deputado Mendes Dias** que começou por referir que tinha ficado agradado com a resposta do deputado Manuel José Pereira, no entanto gostaria de fazer outra referência e que tinha a ver com o seguinte: Se porventura Sesimbra ficasse englobada na Comarca do Seixal, com certeza que muitos dos assuntos do Seixal os municípios teriam que ir tratar em Lisboa, e isto era uma questão que devia ter em consideração. Portanto a sugestão e o apelo que fazia era a presente Moção ser retirada, baixar à Comissão e se possível a própria Comissão de Líderes possa, a exemplo do que o Sr. Presidente da Câmara vai fazer com a Delegação de Sesimbra da Ordem dos Advogados, e obter outros esclarecimentos e outras informações para que na próxima reunião pudessem estar todos mais esclarecidos e mais aptos para votar o documento. -----

-----O **Deputado Francisco Cordeiro** citou que a manifestação do deputado Manuel José Pereira de retirar a moção e fazê-la baixar à Comissão, era a proposta que ia fazer na sua intervenção. Porque o encerramento de serviços públicos é sempre grave para as populações, e como se tratava de casos concretos do nosso concelho e das pessoas terem que se deslocar a outros sítios, ficavam todos mais confortáveis e mais conscientes daquilo que estavam a fazer discutindo estas matérias mais em profundidade. E portanto esse efeito poderia ser através de uma Comissão. -----

Ata nº 7 – Mandato 2013-2017



Assembleia Municipal de Sesimbra

-----O **Deputado José Guerra** disse que tinha uma proposta a fazer, uma vez que o proponente aceitou que a moção baixasse à Comissão de Líderes, tinham a informação do Sr. Presidente da Câmara que ia reunir com a Delegação de Sesimbra da Ordem dos Advogados, e tratando-se de uma matéria que punha em causa o acesso à justiça dos sesimbrenses, nomeadamente os que têm menos possibilidades financeiras, porque não agendar uma sessão extraordinária para discutirem aquela matéria.-----

-----Seguidamente, a **Presidente da AM** disse que depois das várias intervenções e por aceitação dos proponentes, a Recomendação baixava à Comissão de Líderes para apreciação.-----

-----Deu a seguir a palavra ao **Deputado Lobo da Silva** que, em nome da bancada do PSD, leu a seguinte recomendação: -----

-----**Recomendação “Cemitério para Animais”**-----

-----“O Artigo 13º N.º 1 da Carta dos Direitos dos Animais diz que o Animal Morto deve de ser tratado com respeito. -----

-----O respeito dos homens pelos animais está ligado ao respeito dos homens pelo seu semelhante e a educação deve ensinar desde a infância a observar, a compreender, a respeitar e a amar os animais. -----

-----No entanto o único cemitério de animais existente é no Jardim Zoológico de Lisboa. -----

-----E a legislação neste âmbito dos cemitérios de animais em Portugal ainda é omissa e o enterro de animais faz-se de forma completamente aleatória.-----

-----A construção de um cemitério para animais, são ações de uma comunidade civilizada e respeitosa para com os animais e o ambiente, uma vez que evita a contaminação dos solos e a proliferação de doenças.-----

-----Assim e no âmbito da Democracia Participativa, os Deputados da Assembleia Municipal de Sesimbra avançam agora com uma recomendação inovadora na área dos direitos dos animais e do ambiente.-----

-----Recomendar à Câmara Municipal de Sesimbra que até ao ano de 2014, conclua o processo para uma possível instalação numa das Freguesias do Concelho de um Cemitério para Animais podendo este ter a vertente da cremação dos animais”.-----

-----A **Presidente** deu a palavra aos deputados para se pronunciarem sobre a Recomendação.-----

-----Usou da palavra o **Deputado Rui João** que disse que a bancada da CDU concordava plenamente com a Recomendação, mas tinham uma pequena alteração a fazer ao último parágrafo para a puderem votar. Visto o PSD propor que até ao ano de 2014 a Câmara Municipal de Sesimbra o processo, e como a



Assembleia Municipal de Sesimbra

Câmara Municipal não tinha no plano de atividades, nem em orçamento, nada referente a este assunto, sugeriam uma pequena alteração no último parágrafo, que ficaria: *“Recomendar à Câmara Municipal de Sesimbra que se inicie o processo para uma possível instalação numa das Freguesias do Concelho de um Cemitério para Animais podendo este ter a vertente da cremação dos animais”*.-----

-----O **Deputado Manuel José Pereira** disse que também considerava uma matéria importante, mas achava que não era só por não estar em plano e orçamento, mesmo que ainda não o tivessem feito, seguramente que não era uma prioridade da Câmara inscrever isso em plano e orçamento. Achava que o problema que o PSD colocava era um problema importantíssimo, e como tinha animais sabia o custo que isso representava, mas antes disso tinham o problema do abandono, a proliferação de animais abandonados. Tinham que falar com a Bianca, tinham que pedir ao Gabinete Médico Veterinário para dar uma ação de sensibilização, tinham que ver que a legislação é omissa nesta matéria, e o PSD devia primeiro recomendar ao Governo que legisle nesta matéria com alguma rapidez, porque é uma questão de salubridade e higiene pública importantíssima. Portanto, primeiro perguntar ao Governo, à Direção Geral Veterinária, ou Saúde Pública, o que pensavam fazer sobre esta matéria, se deve haver crematórios ao nível das Associações de Municípios. -----

-----Portanto presentemente, a solução para a grande maioria dos animais que têm donos, é a eutanásia e posteriormente enviados para cremação, que é um custo até suportável para a maior parte das famílias, que convivem com eles dia a dia e que não põe em causa a qualidade de vida dos animais e das pessoas. Mas era uma matéria que também julgava importante e não era por isso que deviam recusar discutir estes problemas. Portanto em vez da sugestão do Rui João, de alterar o último parágrafo, sugeria que a Recomendação baixasse à Comissão “3” para ser aprofundada e se poder falar com as entidades do Poder Central que seguramente têm que estar a pensar nestas matérias. -----

-----O **Deputado Nuno Nabais** disse que era realmente um problema de saúde pública e achava bastante pertinente estar a ser colocado. Mas achava também que devia ser visto com algum cuidado, tentarem ter o máximo de pareceres, quer junto do gabinete médico veterinário, quer junto de associações de defesa dos animais. -----

-----Citou que existe um cemitério, salvo o erro, numa freguesia do concelho de Santa Maria da Feira, que, há 2 ou 3 anos, colocou esta questão à Associação Nacional de Freguesias, e há mais freguesias que já avançaram desde essa data. E como foi referido, devia haver algum cuidado, porque estavam a falar duma situação em que muitas vezes os animais ficam doentes e são deixados ao abandono, porque por



Assembleia Municipal de Sesimbra

vezes não existe disponibilidade por parte dos donos, ou de quem deles cuida, para proceder à eutanásia e a um enterro digno. Portanto esta questão devia ser encarada com cuidado, com ponderação, ver os exemplos do que já foi feito, mas era de facto uma iniciativa de louvar. -----

-----Usou da palavra o **Deputado Lobo da Silva** para dizer, que o PSD ao trazer aquela recomendação à Assembleia não estava a impor nada. Estavam a recomendar que a Câmara Municipal desse início a um processo. E só tinham posto até 2014, pela simples razão que não ficasse nas “calendas gregas”, mas estavam de acordo que se retirasse o 2014. E concordavam que, como tinha sido dito e muito bem, se dialogasse com a Bianca e outros, que quisessem associar-se à realização do Cemitério. -----

-----Quanto à sugestão do deputado Manuel José Pereira ao dizer que a bancada do PSD devia falar primeiro com o governo, informou que quando fizeram a recomendação, e porque tinham percebido com os Deputados do Círculo de Setúbal que a Lei era omissa, tinham dito que teria que haver uma iniciativa sobre esta matéria. Portanto a sugestão do Deputado já a tinham feito antes da presente assembleia. -----

-----Interveio o **Deputado João Rodrigues** que disse que por acaso tinha conhecimento desta situação, através da atividade da sua esposa, e o serviço de eutanásia e cremação é prestado por todas as clínicas veterinárias com grande frequência. E há empresas que fazem o transporte dos animais e a cremação. Aquilo que podiam ponderar era, se o investimento que a Câmara possa fazer neste tipo de atividade é, ou não, importante e é necessário. Porque este serviço já existe, o transporte é garantido, e as pessoas que deixam os cães nas clínicas, fica salvaguardada a cremação desses animais. Numa ótica apenas economicista, deviam ver se era vantajoso, ou não, ter um cemitério de animais, em que houvesse benefício para a Câmara, num espaço concedido para esse efeito. E aí sim valia a pena, como atividade de investimento de haver um retorno significativo, porque muitas pessoas não querem que os seus animais sejam cremados, querem que os animais sejam enterrados e fiquem perto de si para ir lá pôr umas “florzinhas”. E o único cemitério que existe é no Jardim Zoológico. -----

-----O **Deputado Rui João** disse que não tinha percebido se o Deputado Lobo da Silva aceitava, ou não, a sua proposta de alteração. Porque se aceitasse, não via necessidade de marcar uma reunião da Comissão “3” para analisar aquela matéria, uma vez que era uma recomendação feita à Câmara. E a Câmara tem os meios técnicos e pessoal adequados para debater o problema. -----

-----O **Deputado Lobo da Silva** informou que aceitavam a alteração proposta pelo Deputado Rui João e também não viam necessidade de baixar à Comissão “3”. -----

Ata nº 7 – Mandato 2013-2017



Assembleia Municipal de Sesimbra

-----Usando da palavra o **Deputado Miguel Bastos** disse que o assunto era importante e devia ser analisado, mas custava-lhe aceitar que a solução fosse aprovar uma proposta que, independentemente duma data, eventualmente fosse uma solução que não fazia sentido, nenhum deles tinha o número de elementos suficientes de forma a considerar qual era a solução correta. Se havia um projeto nacional, ou não havia, de que forma devia ser encaminhado, se os municípios se devem ligar para resolver esta problemática, etc., Tomarem uma decisão com determinado rumo, que era isso que se pretendia, que era a Câmara Municipal construir um cemitério, ponto final paragrafo, com cremação, ou sem cremação, que podia estar desintegrado de uma perspetiva nacional, parecia-lhe incorreto. O assunto devia ser ponderado, devia ser analisado, e a Assembleia não devia chutar mais uma vez o assunto para a Câmara e outras instituições. A Assembleia Municipal devia debruçar-se sobre o assunto, fazer um estudo do que é que havia a nível do Governo, que perspetivas, direções gerais sobre a questão em causa, e depois fazer uma proposta em consonância com uma determinada lógica. Porque estava-se mesmo a ver que a Câmara Municipal nem em 2015 iria fazer o cemitério.-----

-----A **Presidente da AM** deu a palavra ao **Presidente da Câmara Municipal** que disse que desconhecia que esta matéria ia ser discutida. E o que podia acrescentar era, que já tinha havido manifestação por parte da Associação Bianca de poder vir a ter no concelho um crematório para animais, que teria interesse do ponto de vista económico até para ajudar a descentralidade da própria Bianca. Esse interesse existia, mas nunca lhes tinha sido apresentado estudos económicos. Também essa questão não tinha solução à época, porque os terrenos onde está a Bianca não eram da Câmara, eram da Casa Mesquita, só há poucos meses é que estão escriturados a favor da Câmara Municipal. Presentemente já seria mais fácil viabilizar algumas soluções para os terrenos onde a Bianca tem instalado o abrigo para animais. Era uma hipótese que valia a pena ser estudada, mas de facto não lhe parecia que a Câmara tivesse condições para se comprometer a ter uma solução até ao final de 2015. O que podiam fazer, era comprometerem-se a estudar o assunto, ver se havia viabilidade económica, se tinha interesse, se havia outros municípios a pensar o mesmo, mas sem o compromisso de uma data para tomar uma decisão. -----

-----Usou da palavra o **Deputado Mendes Dias** que referiu que respeitava muito o Deputado Miguel Bastos, mas dizer que devia ser a Assembleia a estudar o assunto, como se a Assembleia tivesse meios, tivesse técnicos, tivesse capacidade de fazer, era mais uma forma de se avançar para a frente e não se fazer nada. Portanto aquilo que pretendiam, enquanto proponentes da recomendação, era que se iniciasse um estudo pela Câmara Municipal que tem os meios, que tem os contatos, que tem os técnicos,

Ata nº 7 – Mandato 2013-2017



Assembleia Municipal de Sesimbra

e preferencialmente que se iniciasse durante o ano de 2014. Se seria com a Associação Bianca, se seria no âmbito da Associação Nacional de Municípios, se poderiam fazer uma parceria, esses eram com certeza os dados que a Câmara com os seus técnicos do Gabinete Médico Veterinário poderia dar. Portanto era apenas uma Recomendação à Câmara no sentido de iniciar esse processo. -----

-----O **Deputado Tiago Aragão** usou da palavra para solicitar ao Vereador do Pelouro Médico Veterinário que dissesse qual era atualmente o procedimento com os animais, para perceberem qual seria a mais-valia na prestação de um serviço deste género. -----

-----A **Presidente da AM** indicou que o pelouro era do Presidente da Câmara e deu-lhe a palavra. -----

-----O **Presidente da Câmara** indicou, que há um serviço para transportar os cães que são abatidos no canil municipal, ou os que são abandonados e que os serviços da Câmara Municipal apanham na rua. Existe um contrato, anual, com um preço fixado para levarem os cães para serem cremados, que não sabia bem qual era o sítio, mas pensava que era em Lisboa. -----

-----Terminadas as intervenções, a **Presidente da Assembleia** indicou que iam passar à votação da **Recomendação “Cemitério para Animais”**, com a alteração ao texto do último parágrafo sugerida pelo Deputado Rui João e aceite pelos proponentes. -----

-----A **Assembleia Municipal aprovou, por maioria, com 17 votos a favor (13 CDU + 2 PSD + 2 MSU) e 7 abstenções (6 PS + 1 BE), a Recomendação à CMS subordinada ao título “Cemitério para Animais”, com a seguinte alteração: “Recomendar à Câmara Municipal de Sesimbra que se inicie o processo para uma possível instalação numa das Freguesias do Concelho, de um Cemitério para Animais, podendo este ter a vertente da cremação dos animais.”** -----

-----Depois o **Deputado Miguel Alarcão Bastos** apresentou a seguinte **Declaração de Voto:** -----

-----“A bancada do Partido Socialista absteve-se na votação desta recomendação, não porque seja contra o princípio de que este problema tenha que ser analisado e resolvido, mas sim porque a proposta tem um conteúdo que aponta para uma determinada solução. E face ao conjunto de documentação que dispomos, não nos sentimos em condições para aprovar uma coisa que não sabemos se é correta. Aprovávamos si, um estudo da situação, para tomarmos posteriormente uma decisão. Agora, aprovar uma recomendação que aponta para uma determinada solução que até pode ser incorreta, ou não integrada numa análise global da problemática do concelho, não nos parece correto. É só por isso que nos abstivemos. -----

-----O **Deputado José Guerra** fez a seguinte **Declaração de Voto:** -----

Ata nº 7 – Mandato 2013-2017



Assembleia Municipal de Sesimbra

-----“Também me abstive porque não tenho conhecimentos suficientes sobre o que é possível fazer. A questão das intermunicipalidades pode ser uma solução porque pode haver uma divisão de investimentos e depois porque, quanto à questão de que se falou da cremação, um crematório é muito caro. Penso que a questão do cemitério tem algum valor sentimental para os donos dos animais, portanto se calhar é mais fácil avançar com o primeiro passo. Até pode acontecer, que outras câmaras municipais e também associações de animais estejam interessadas em discutir esta questão.” -----

-----Não havendo mais declarações de voto, a **Presidente da AM** deu a palavra à **Deputada Helena Cordeiro** que leu a **Moção “Contra a Privatização de Serviços Públicos”**, que se transcreve: -----

-----“No ano de 2013 a escalada do governo contra o Poder Local Democrático fica bem patente na intensa e profícua produção legislativa que põe em causa a autonomia das autarquias e reduz a sua capacidade de intervenção em sectores cruciais para o país e para as populações. -----

-----A já aprovada alteração à Lei de Delimitação dos Sectores; as propostas, ainda em discussão na Assembleia da República, dos Estatutos da Entidade Reguladora das Águas e dos Resíduos (ERSAR) e do Regime Jurídico dos Serviços de Âmbito Municipal de Abastecimento Público de Água, de Saneamento de Águas Residuais e de Gestão de Resíduos Urbanos e a apresentação do PERSU 2020, tornam claro o objetivo de redução do papel dos municípios na gestão destes serviços, permitindo a sua concessão a entidades de capitais maioritária ou totalmente privados e, ao mesmo tempo, criam-se as condições necessárias para garantir o bom resultado dos grupos económicos que se envolvam no negócio. -----

-----Considera, agora, o Governo estarem criadas as condições para no final do 1.º trimestre de 2014 se concretizar a privatização da Empresa Geral de Fomento (EGF), após “grande compreensão” da troika, atendendo a que o compromisso inicialmente assumido apontava como limite o final de 2013. -----

-----O Governo PSD/CDS ao pretender concretizar a venda da EGF não resolve nenhum problema económico do País, cria condições para os resíduos assumirem uma nova vertente de negócio, que apenas promove os grupos económicos e transfere mais dificuldades para os Municípios e, em última instância, para as populações. -----

-----Estas intenções têm recebido a contestação da generalidade dos municípios, tendo a Associação Nacional de Municípios Portugueses, a Junta Metropolitana de Lisboa através de uma posição conjunta dos Municípios da Área Metropolitana de Lisboa e a Associação de Municípios da Península de Setúbal, manifestado parecer desfavorável a esta pretensão do Governo. -----



Assembleia Municipal de Sesimbra

-----Os Municípios da Península (Alcochete, Almada, Barreiro, Moita, Montijo, Palmela, Seixal, Sesimbra e Setúbal), aderiram ao sistema multimunicipal da AMARSUL num quadro em que o capital social se repartia entre o Estado (51%) e os Municípios (49%).-----

-----Ao vender a EGF, detentora desses 51% do capital social, a um grupo privado, o Governo altera as condições e os pressupostos que estiveram na origem da adesão dos Municípios, sem respeito pelos seus parceiros acionistas e principais clientes. -----

-----Como se tal não bastasse, o Governo está disponível para que também os Municípios cedam as suas participações aos grupos privados interessados, mas não considera a possibilidade dos Municípios poderem adquirir os 2% necessários para se tornarem detentores da maioria do capital social (51%). -----

-----A Assembleia Municipal de Sesimbra, no respeito pela deliberação que votou aquando da adesão ao sistema multimunicipal da AMARSUL, e no respeito pelos compromissos assumidos com a sua população, não deve aceitar tal afronta.-----

-----Nestes termos, tendo presente a tomada de posição dos Municípios da Península de Setúbal em Assembleia Geral de Acionistas da AMARSUL a 18 de março de 2013 contra a privatização da EGF. -----

-----Delibera: -----

-----1. Reiterar, perante o Governo, a Assembleia da República e os Grupos Parlamentares, a sua firme vontade de não aceitar a privatização da Empresa Geral de Fomento - EGF e, por esta via, de 51% do capital público da AMARSUL; -----

-----2. Expressar a intenção de desenvolver todas as ações, que melhor sirvam a defesa da manutenção da AMARSUL na esfera pública;-----

-----3. Exigir do Governo que com os Municípios encontre uma solução que sirva os interesses de ambas as partes e das populações dos Concelhos da Península de Setúbal;-----

-----Enviar esta Moção:-----

-----Ao Sr. Presidente da República. -----

-----Ao Sr. Primeiro-ministro. -----

-----A todos os Grupos Parlamentares com assento na Assembleia da República. -----

-----A todas as Câmaras e Assembleias Municipais da Área Metropolitana de Lisboa". -----

-----A **Presidente** deu a palavra aos Deputados Municipais para se pronunciarem sobre a Moção acabada de ler. -----

Ata nº 7 – Mandato 2013-2017



Assembleia Municipal de Sesimbra

-----O **Deputado Mendes Dias** referiu que tinha ouvido com todo o cuidado e interesse a Deputada Helena Cordeiro, entendia e respeitava o ponto de vista ideológico da moção, mas não podia concordar com a mesma. E na presente moção, tal como na moção anterior, era preciso saber o que é que servia melhor às pessoas, aos munícipes, neste caso concreto da EGF e da Amarsul. Se o serviço que era prestado era um serviço de qualidade, se era possível prestar um serviço de melhor qualidade com um preço reduzido, ou se continuavam a investir milhões e milhões na EGF e na Amarsul, e continuavam a ter municípios a não pagar as suas responsabilidades, e neste caso concreto no Distrito de Setúbal. -----

-----Portanto, baseado em facto e em números, entendiam que a privatização do capital que o Estado detinha na EGF, iria reverter num benefício em termos de qualidade do objetivo que a EGF e a Amarsul vão passar a fazer com um novo modelo regulatório e a reestruturação do setor efetivamente tinha que ser feita. Porque há anos e anos que mantinham esse *status* e aquilo que verificavam era um aprofundar de dívida e um aprofundar de dinheiro dos contribuintes. Independentemente das opções e do conceito que a CDU tinha em relação ao serviço público, que devia ser sempre do Estado, pelos vistos nem sempre o serviço público conseguia satisfazer da melhor forma os interesses dos cidadãos. Porque também o privado podia e devia ser chamado a prestar esse serviço, não tendo o Governo posto de parte a possibilidade dos próprios municípios alienarem as participações se entenderem que será a melhor solução, ou entre eles inclusive. Havia uma panóplia de opções, que cabia aos municípios verificarem se, para os seus munícipes e para a sua gestão, não seria melhor manter a participação na EGF e na Amarsul. --

-----O **Deputado Miguel Ribeiro** disse que entendiam igualmente que a questão era essencialmente ideológica, quando se falava de privatização a posição da CDU era tendencialmente a mesma, uma posição contra. A ideia que passava era que tudo o que seja serviços públicos, mesmo em setores de importância para as populações, deviam ficar nas entidades públicas, e o MSU não entendia dessa forma. Entendiam que se pode ganhar com a privatização em alguns setores. Quando se falava em privilegiar, em beneficiar, grandes grupos económicos, também se esqueciam que os próprios grupos económicos podem ser bons para a economia, criando emprego. Nada lhes garantia, que não viessem a ter uma gestão privada mais adequada e mais quantitativa que uma gestão pública, mas aquilo que se pretendia era ter um Estado menos gordo e menos despesista, e esta era uma forma de alcançar esse objetivo. E uma coisa importante, já que foi citado que era sector essencial para as populações, que o Estado não se demita da sua função de regulador e que encontre mecanismos adequados para se fazer esta regulação,

Ata nº 7 – Mandato 2013-2017



Assembleia Municipal de Sesimbra

para que as populações não venham a ser prejudicadas e não paguem ainda mais. Portanto, se pudessem ter uma gestão privada com benefícios para as populações, então a privatização seria bem-vinda. -----

-----O **Deputado Manuel José Pereira** disse que a sua bancada estava preocupada com esta questão, porque a EGF pertence à Águas de Portugal, atrás da EGF virá a gestão das águas outra vez à baila, que era o que estava a acontecer com a nova Lei da Finanças Locais, e ainda não tinha havido oportunidade na assembleia de aprofundar as matérias que ela contém. Porque cada vez se retira mais àquilo que é um direito constitucional, que é as autarquias terem a sua ação controlada pelos seus titulares. Esta era de facto uma preocupação, e todos os autarcas do Partido Socialista estavam contra a privatização da EGF, e a sua bancada também, sobretudo pelo grave problema que isso pode causar, um direito dos mais importante que as pessoas têm, o direito à sua água, e que deve ser gerido pelo setor público.-----

-----No caso concreto de Sesimbra continuavam a defender que deve ser a Câmara Municipal a gerir. Porque a Câmara tem tido ao longo dos anos investimentos brutais, tem presentemente uma excelente rede de águas, embora com algumas perdas, mas que a Câmara tem feito um esforço para tentar reduzi-las. E portanto é um direito inalienável que têm que ser as entidades públicas a continuar a promovê-lo e a providenciar para que isso continue a ocorrer. Portanto a bancada do PS estava claramente de acordo com a moção tal qual ela estava redigida, e pelo país inteiro deveriam tomar posições nesse sentido. -----

-----O **Deputado José Guerra** disse que aquilo que viam nos últimos tempos, com as privatizações, era que cada vez mais iam aos bolsos dos contribuintes, e aos contribuintes e que não têm rendimentos para pagar contribuições. Antes de a EDP ser vendida, há uns meses atrás, o seu recibo da luz era cerca de €22,00 mensais, atualmente era de €36,00, o que num rendimento como o seu fazia muita diferença. E havia ainda uma questão muito importante, quando se falava da privatização da água, do saneamento, dos resíduos, era bom que fossem ver aquilo que aconteceu nos países da Europa que fizeram isso, que presentemente estavam a racionalizar o que tinham, pagando o dobro daquilo que receberam, como a Inglaterra, que é o exemplo faz flagrante. O Governo negava vender os 2% que tem aos municípios que têm 49%, preferia vender ao privado, mas não garantia que os preços não aumentavam, não garantia que se mantinha a qualidade, isso nunca foi subscrito em nada. As privatizações têm acontecido como um euromilhões para as grandes empresas. -----

-----A **Presidente da Assembleia** deu a palavra ao **Presidente da Câmara** que disse que tinha pedido para intervir, não só porque a presente matéria era extremamente relevante para o município e naturalmente para a Câmara Municipal, matéria que vinha a acompanhar desde a construção da Amarsul,

Ata nº 7 – Mandato 2013-2017



Assembleia Municipal de Sesimbra

depois na Associação de Municípios, como Vereador da Câmara, como Presidente da Câmara, conhecia perfeitamente toda a génese do processo, quer na Amarsul, quer na Simarsul, mas também porque tinha ficado surpreendido com algumas intervenções, por terem atribuírem uma carga ideológica, à presente matéria, que não tinha visto em nenhum fórum onde tinha participado ultimamente, esta questão tinha sido discutida no Conselho Metropolitano de Lisboa, onde estavam Câmaras Municipais do PS, do PSD, Independentes, o caso de Oeiras, e foi aprovada por unanimidade a rejeição da privatização da EGF, até a maior Câmara do PSD do país, e o Presidente da Câmara de Cascais fez questão de o dizer, manifestou-se contra a privatização da EGF, porque decididamente não era uma matéria ideológica, era uma matéria lesiva dos municípios, dos interesses dos cidadãos. -----

-----Acrescentou, que as empresas onde a EGF participava eram empresas bem geridas, empresas que davam lucro, independentemente das empresas poderem ter, presentemente, situações financeiras que possam estar desequilibradas por via das dívidas dos municípios, em termos das suas contas elas são lucrativas, e têm uma vantagem, nos termos da própria Lei eram criados os sistemas multimunicipais, onde estava perfeitamente definido qual o lucro que essas empresas podiam ter. Não eram empresas para darem lucros e distribuir os seus dividendos aos seus acionistas, eram para darem uma remuneração mínima para que possam ter os seus investimentos e para que possam prestar um serviço de qualidade aos municípios e aos cidadãos. Esta situação era fraude autêntica àquilo que os municípios deliberaram e que as Assembleias Municipais também deliberaram. Porque antes dos municípios entrarem na Amarsul, houve deliberações em todas as Assembleias do território da Amarsul, e os municípios aderiram com determinadas condições, tinham que ter 49% do capital e o capital era totalmente público. -----

-----Mais tarde foi publicada legislação, por pressão dos municípios, no sentido de que quando os sistemas multimunicipais acabassem o prazo de concessão, o património viria à posse dos municípios, ou à posse de uma associação por eles constituída. Citou que no caso da Península de Setúbal era particularmente gravoso, porque o acordo de concessão estava há 9 anos do seu fim, e o que o Governo queria fazer era privatizar a EGF e alargar o prazo de concessão para 30 anos, era um roubo aos municípios e não podiam tolerar isso. Era um roubo e eram lesados os interesses do município e dos cidadãos do concelho de Sesimbra, e era nessa posição que os autarcas se deviam posicionar, independente das questões ideológicas.-----

-----Realçou que duvidava que o Governo levasse adiante o seu propósito, que algum investidor privado fosse comprar estas empresas, porque os municípios iriam fazer uma guerra tal que duvidava que

Ata nº 7 – Mandato 2013-2017



Assembleia Municipal de Sesimbra

alguém as quisesse comprar. Duvidava que alguém fosse comprar uma empresa correndo o risco de no dia a seguir não saber se tinha ou não tinha, o capital da Amarsul, e se podia decidir o futuro da Amarsul. Porque os municípios tinham direitos adquiridos e iam com certeza pôr em causa os interesses de quem quisesse comprar. E ninguém queria comprar uma empresa sem saber se tinham garantido os 30 anos garantidos de concessão, se tinha garantido a sua forma de gestão no modelo que o Governo quer aprovar. Portanto pensava que era uma obrigação de todos defenderem os interesses do município, independentemente das opções ideológicas de cada um. -----

-----Portanto, havia capital do município de Sesimbra naquela empresa, havia capital de todos os outros municípios, as empresas eram bem geridas, inclusive em matérias que até já tinham criticado na Assembleia, da Amarsul tomar posições no sentido de tinha tomado posições que já tinham até criticada na Assembleia, no sentido de reduzir os seus custos de funcionamento, por exemplo, de não haver entrega de lixo ao domingo, porque se houvesse teria custos maiores e iria refletir-se no tarifário ao município e por sua vez aos munícipes. Portanto não tivessem dúvidas, que se fosse um promotor privado o seu objetivo era o lucro. -----

-----Acrescentou, que não era verdade que fosse preciso as empresas privadas entrarem naquele negócio, o resto dos resíduos em Portugal já era de gestão privada. Há muitos negócios de tratamento de resíduos noutras áreas, que não os resíduos domésticos cuja responsabilidade de recolha é dos municípios, que já estão sob gestão privada. Mas neste caso em concreto, estavam a falar de resíduos produzidos pelos municípios, em que os municípios são praticamente os únicos clientes dos sistemas. Portanto esta questão era consensual na Associação Nacional de Municípios, foi aprovada no congresso por uma esmagadora maioria. E no Conselho Metropolitano de Lisboa, onde estão todas as forças políticas representadas, foi aprovada por unanimidade uma tomada de posição contra a privatização da EGF, pensava que na Assembleia Municipal de Sesimbra também fosse uma questão unânime. -----

-----Usou da palavra a **Deputada Helena Cordeiro** referindo que a sua intervenção ia no sentido de apelar a um voto unânime, por todas as razões que o Sr. Presidente da Câmara tinha acabado de evocar. Se havia naquela questão um componente ideológico, era um componente que estava acima de todos eles comuns mortais, munícipes sesimbrenses. Porque sabiam que nesta aldeia global em que viviam, qual era a posição ideológica dominante, e era essa que efetivamente tinham que combater para equilibrar e construir a Paz, de modo que no que respeitava à privatização dos serviços públicos, para a bancada da CDU era muito mais que uma questão ideológica. -----

Ata nº 7 – Mandato 2013-2017



Assembleia Municipal de Sesimbra

-----Quanto à questão da expectativa de terem um estado regulador nesta matéria, julgava que dificilmente poderá fazê-lo sendo minoritário, no ponto de vista das ações e de capital, e depois era claro que isso teria influência na capacidade de decisão e de notoriedade. -----

-----Em relação à questão da autonomia das autarquias, algo que na Assembleia sempre tinham defendido, e que como dizia na própria moção, em muitos aspetos tem vindo a ser atacada. -----

-----Quanto ao futuro e às expectativas que poderiam ter desta possível decisão, naturalmente que iriam ter que combater. E como tinha dito o deputado do Bloco de Esquerda, tinham inúmeros exemplos dos resultados das parcerias público/privadas, que não eram de facto exemplos benéficos, quer no ponto de vista financeiro para o Estado, quer para as populações, que passaram a pagar muito mais por esses serviços e, em muitos dos casos, não têm melhor qualidade. -----

-----Dirigindo-se aos Deputados, disse que queria partilhar um texto de Boaventura Santos, sobre a privatização da água – porque estavam ali a falar de resíduos, mas sabiam qual era do ponto de vista ideológico o grande objetivo do presente Governo, não só do Governo, da Troika, da Europa, da posição neoliberal dominante que, muito em breve, teriam que cerrar fileiras em defesa da água pública. Passou à leitura do referido texto.-----

-----*“As privatizações são o objetivo central do governo. Porquê esta centralidade; se as receitas que elas geram são uma migalha da dívida? Porque o verdadeiro objetivo delas é destruir o Estado Social, eliminar a ideia de que o Estado deve ter, como função primordial, garantir níveis decentes e universais de proteção social. Sujeitar os serviços públicos à lógica do mercado implica transformar cidadãos com direitos em consumidores com necessidades que se satisfazem no mercado. Cada um consome segundo as próprias posses. Para os indigentes, o Estado e as organizações de caridade garantem mínimos de subsistência. Mesmo assim, há privatizações e privatizações, e a privatização da água é a mais escandalosa de todas, porque ela põe em causa o próprio direito à vida”.*-----

----- Terminou, dizendo que era isto que todos eles no município de Sesimbra deviam defender, tendo em conta não só o município de Sesimbra mas também o País e, porque não dizer, o mundo. Desculpassem-lhe o lirismo, mas era mesmo assim. -----

-----Usou da palavra o **Deputado Francisco Cordeiro** que disse, só para reforçar, que se tratava de mais uma Parceria Pública Privada (PPP) danosa. Porque estavam a falar de uma empresa que servia 174 municípios e com lucros acima dos 60 milhões de euros. Portanto, não era desvalorizar qualquer empresa privada, mas iriam pôr de alguma forma os municípios de “côqueras”. Porque tinham que garantir a

Ata nº 7 – Mandato 2013-2017



Assembleia Municipal de Sesimbra

faturação, os municípios eram responsáveis por isso, a renda estava sempre certa, e os municípios que se “desenrascassem”. E desafiava as pessoas que diziam que era uma questão ideológica, a darem exemplos de serviços públicos que foram privatizados e que têm menores preços e melhor qualidade. -----

-----Usando da palavra o **Deputado Mendes Dias** disse que, não querendo misturar água com resíduos, porque água é água, e às vezes misturava-se para baralhar, e independentemente do seu companheiro Carlos Carreiras ter votado favoravelmente, provavelmente estará contra ao modelo de privatização e não contra a privatização, tinham cinco pontos importantes e que para o PSD eram fundamentais: A garantia da acessibilidade das populações aos serviços de resíduos, mediante a adequação das tarifas à respetiva capacidade económica cidadãos; Esclarecimento sobre os futuros contratos de concessão da exploração e gestão da recolha e tratamento de resíduos urbanos, com defesa do interesse público e municipal e garantias das transferências de infraestruturas afetas à concessão para os municípios no termo do prazo de cada concessão; poderes de fiscalização e regulação do Estado e da ERSAR na arbitragem da relação entre os concessionários e os municípios; garantias de transparência, equidade territorial, sustentabilidade económica/financeira do sistema do novo regulamento de tarifário e das metas previstas no PERSU 2020; e manutenção e melhoria da qualidade do serviço público prestado às populações. -----

-----Por fim, disse ao Deputado Francisco Cordeiro, que os lucros que as empresas têm vão continuar a ter, se continuarem a injetar o dinheiro de todos os contribuintes. Presentemente havia uma dívida financeira superior a 200 milhões de euros, e se continuassem com o mesmo rama, rama de injetarem dinheiro e depois os municípios não pagarem os serviços que lhes são prestados, evidentemente que assim era fácil terem lucros. -----

-----A **Presidente da Assembleia** cedeu a palavra ao **Presidente da Câmara** que disse ao Deputado Mendes Dias, que de facto existem dívidas dos municípios, mas os municípios têm que pagar essas dívidas. Aliás, em 2013 com recurso ao PAEL, muitos municípios regularizaram dívidas que tinham à Amarsul, mas agora tinham que pagar à banca. E mais, o Governo aprovou, na Lei do Orçamento, um método de poder fazer retenções das transferências do FEF para amortizar as dívidas. Existem meios criados pelo próprio Governo, para os municípios que não paguem poderem fazer retenções do FEF. Portanto há forma de garantir que essas dívidas sejam pagas. -----



Assembleia Municipal de Sesimbra

-----Terminadas as intervenções, foi colocada à votação a **Moção “Contra a Privatização de Serviços Públicos”**, tendo a mesma sido aprovada, **por maioria, com 20 votos a favor (13 CDU; 6 PS; 1 BE) e 4 abstenções (2 PPD/PSD e 2 MSU)**.-----

-----**O Deputado Miguel Ribeiro** apresentou a seguinte **Declaração de Voto**:-----

-----“O Grupo Municipal Independente “Movimento Sesimbra Unida” entende que, não obstante o serviço prestado atualmente ao nível do sistema de tratamento de resíduos sólidos ser positivo, a autonomização e privatização da Empresa Geral de Fomento (EGF), do “Grupo Águas de Portugal”, e a consequente entrega da gestão a privados não implica necessariamente, e por si só, a perda de qualidade do serviço prestado, nem o aumento dos preços para os consumidores, desde que o Estado assegure uma regulação efetiva e eficaz do sector, através da entidade competente para o efeito (Entidade Reguladora das Águas e dos Resíduos), e a defesa dos consumidores em termos de tarifas praticadas, de salvaguarda do princípio de acesso universal, do aumento da eficiência dos sistemas de gestão de resíduos com redução dos custos associados e da qualidade do serviço. Se os cidadãos beneficiarem com a privatização, estamos de acordo com a mesma. Posto isto, abtemo-nos em relação à moção em causa”.-----

-----**PERÍODO DE "INTERVENÇÃO ABERTO AOS CIDADÃOS"**-----

-----Neste período não se verificou qualquer pedido de intervenção.-----

-----**PERÍODO DA “ORDEM DO DIA”**-----

-----**5. APRECIACÃO DA ATIVIDADE MUNICIPAL;**-----

-----A **Presidente da Assembleia** deu a palavra ao **Presidente da Câmara** para que este fizesse a apresentação deste ponto.-----

-----**O Presidente da Câmara** referiu que iria apenas referir algumas questões mais relevantes naquele período, de 16 de novembro a 15 de janeiro, até porque não tinha decorrido muito tempo desde a última apresentação da atividade municipal.-----

-----Assinalou:-----

----- A iniciativa da CMS no dia Nacional do Mar;-----

----- - A participação nos Aniversários da ACRITZ; do Centro Comunitário da Quinta do Conde e do Tripa Associação;-----

----- A realização do XXI Congresso da Associação Nacional de Municípios Portugueses;-----

----- - As realizações das Assembleias Intermunicipais das Municipais da AMRS, onde tinha sido eleito presidente;-----

Ata nº 7 – Mandato 2013-2017



Assembleia Municipal de Sesimbra

----- - As reuniões da Assembleia Municipal da AIA – Associação Intermunicipal da Água; -----
----- A realização do Congresso da Bandeira Azul, em Sesimbra; -----
----- A inauguração do edifício Aníbal Esmoriz com o projeto “Galeria e Projeto”- uma solução provisória para este espaço;-----
----- - A realização do Conselho Estratégico do PNA, onde tinha sido eleito presidente; -----
----- As várias comemorações alusivas ao Natal; -----
----- - O Reveillon – um momento marcante, mais uma vez, com muitos milhares de pessoas;-----
----- A abertura das comemorações do centenário da Sociedade Musical Sesimbrense;-----
----- - A Festa de Nossa Senhora de Alfarim; -----
----- - A comemoração do Dia dos Reis; -----
----- - A abertura de um Polo Social, no Centro Social Raio de Luz, promovido pela Dr^a. Teresa Mayer, para distribuição de alimentos e de roupa – dando pela 1^a vez atividade àquele espaço - estando a aguardar pelo financiamento da Segurança Social para poder vir a funcionar como Centro de Dia; -----
----- Quanto a outros eventos, destacou: -----
----- - A inauguração do jardim-de-infância da Liga dos Amigos da Quinta do Conde; -----
----- - A Missa na Praia do Meco - organizada pela CMS em parceria com a Paróquia da Corredora, para assinalar a solidariedade do povo do concelho de Sesimbra com os jovens que foram vítimas deste infeliz acidente – embora na comunicação social tenha surgido como organizada pela Universidade Lusófona; -----
----- A inauguração da ArtesanalPesca - que foi objeto de uma moção aprovada pela Assembleia Municipal; -----
----- - A assinatura de um acordo coletivo da entidade empregadora pública, entre a CMS e dois Sindicatos, o STAL e o Sindicato dos Trabalhadores em Funções Públicas – acordo que veio a consagrar o horário das 35 horas para os trabalhadores da CMS, posição que foi previamente sufragada na Câmara e mereceu a aprovação unanime do executivo, no sentido de vir a assinar um acordo com estes pressupostos. Depois da assinatura do acordo e da Câmara ter remetido à DGAEP-Direção-geral da Administração e do Emprego Pública para depósito o acordo e ter tentado a sua publicação em Diário da República, e perante recusa da publicação, e não tendo a certeza que a DGAEP iria aceitar o depósito, aliás, tinha vindo recusado recentemente, a câmara voltou a tomar uma posição, também, por unanimidade, no sentido de considerar que o acordo era válido e que devia aplicar esse mesmo acordo,

Ata nº 7 – Mandato 2013-2017



Assembleia Municipal de Sesimbra

posição parecida a que muitos municípios têm vindo a acordar, entendiam que a posição do Tribunal Constitucional vinha legitimar de forma clara, a possibilidade dos acordos coletivos da entidade empregadora pública puderem vir a fixar horários diferentes daquele que o Governo fixou, com base para o horário de trabalho, que é o horário das 40 horas semanais, se o Tribunal veio dizer que não era inconstitucional o horário das 40 horas, também veio dizer que através de acordo coletivo era possível acordar um horário diferente. E portanto a CMS entendia que a legislação que está publicada, que refere a assinatura do Secretário de Estado e que refere um conjunto de outras coisas, se aplica com as necessárias adaptações, porque a assinatura do Secretário de Estado é para a Administração Central, não é para as Autarquias Locais que não têm tutela nesta matéria refere, mas é a mesma base que se utiliza, onde se lê Ministro ou secretário de estado, lê-se Presidente da Câmara, ou Câmara Municipal, para tomar posições. E portanto queria informar a Assembleia Municipal que a Câmara Municipal assinou estes acordos e que estava a aguardar o desenvolvimento desse processo. -----

----- - A renovação do convite para, enquanto Presidente da Câmara Municipal de Sesimbra, representar a Associação Nacional de Municípios, na secção de património, no Conselho Nacional de Cultura, onde já tinha estado nos outros 2 mandatos; -----

----- - O Conselho Regional da CCDR, onde foi aprovado o Plano Regional e onde foram também eleitos os órgãos do Conselho Regional, que é o órgão consultivo da CCDR para este mandato. A presidência ficou com o Presidente da Câmara Municipal de Santarém e a Vice-presidência com a Câmara Municipal de Sesimbra.-----

-----Depois disse que ia fazer algumas referências às deliberações da Câmara Municipal, algumas já do conhecimento da Assembleia Municipal, e assinalou:-----

----- As deliberações tomadas sobre as taxas e licenças e sobre o Regulamento de Taxas Municipais, para o ano de 2014; -----

----- - A alteração ao tarifário dos serviços urbanos, tendo sido já dado conhecimento à Assembleia;

----- - Os acordos de execução com as Juntas de Freguesia e os contratos interadministrativos; -----

----- - A contratação de um empréstimo – que ia ser deliberado na presente sessão pela Assembleia;

----- - A decisão da Câmara Municipal de alterar a periodicidade da venda ambulante, do alto do Cruzeiro, chamada “feira dos ciganos”, que se realizava quinzenalmente, e que passaria a ser mensal, aprovado na Câmara por unanimidade; -----

Ata nº 7 – Mandato 2013-2017



Assembleia Municipal de Sesimbra

----- - A atribuição dos 40% da receita dos parquímetros à Santa Casa da Misericórdia, que anteriormente explorava, mas que foram integradas na concessão de exploração; -----

----- A deliberação tomada por unanimidade pela CMS, de um parecer desfavorável sobre o processo de privatização da EGF; -----

----- A aprovação, também por unanimidade, sobre o limite territorial entre os concelhos de Sesimbra/Seixal, também em discussão na presente sessão;-----

----- - E a aprovação de uma orientação, também por unanimidade, sobre as 35 horas, para o ACES - Agrupamento dos Centros Saúde. -----

-----Relativamente à atividade da Câmara Municipal, disse que não havia praticamente muito a assinalar além daquilo que já tinha indicado. Continuavam as obras de saneamento e também os trabalhos da Fortaleza de Santiago, portanto iria ficar por aqui e reservava-se às questões que os deputados quisessem colocar.

-----Aberto o período de intervenções, usou da palavra o **Deputado Mendes Dias** que citou que não era propriamente uma questão, porque o relato do Sr. Presidente da Câmara demonstrava claramente a pujança que o município de Sesimbra tem, e o reconhecimento que o Presidente tem, não deviam ser ingratos, que é convidado para diversas instituições e diversos fóruns. -----

-----Queriu congratular-se, e era esse o sentido da sua intervenção, pela Câmara Municipal de Sesimbra, por unanimidade, ter celebrado os acordos com os sindicatos no sentido de garantir as 35 horas. Era uma prerrogativa que o presente Governo dava às entidades para negociarem, que esperava que em breve, também no município de Sesimbra, pudessem ser celebrados outros acordos com outros sindicatos, que não apenas os dois que o Sr. Presidente indicou. -----

-----Usou da palavra o **Deputado Manuel José Pereira** que perguntou qual a razão para a empresa que estava a construir os fogos a custos controlados na Cotovia ter saído. -----

-----Indicou que num Jornal Local tinha vindo a notícia que a piscina do Grupo Desportivo de Sesimbra ia ser alugada à CMS. Seria uma nova modalidade de PPP's à sesimbrense. E sem querer imiscuir-se nessas matérias, porque não outras entidades no concelho, que têm capacidade para isso, ou privados, que gerem ginásios, gerem piscinas, porque não uma solução desse tipo? Gostaria de alguns esclarecimentos sobre isso. -----

Ata nº 7 – Mandato 2013-2017



Assembleia Municipal de Sesimbra

-----Disse que constava que andava no concelho um “artista” a cortar pinheiros, não apenas no seu terreno, mas também nos terrenos de outras pessoas. Até já teria sido apanhado em terrenos da Câmara. Gostava de saber o que é que se passava. -----

-----Citou que se falava que o Governo ia mexer nas taxas da atividade comercial, gostava de saber se a Câmara tinha alguma ideia do que é que se ia passar, e se isto significava que o Governo, mais uma vez, ia retirar receitas às Câmaras. -----

-----Quanto à Recomendação aprovada na Assembleia Municipal, sobre a Derrama, apresentada pelo PSD, que referia que era para 2014, tinha-lhe constado que na reunião de Câmara tinha passado para o ano de 2015, gostava de saber se o que é que a Câmara está a pensar. -----

-----Depois disse, a propósito das comemorações do centésimo aniversário da Sociedade Musical Sesimbrense, que não tinham tido conhecimento, já tinham pedido na Assembleia à Sr^a. Presidente que, se possível, os informassem dessas efemérides que são importantes. Sabia que era a primeira ação de um conjunto que iam acontecer, que em abril seriam com certeza mais fortes, mas gostavam de ter tido conhecimento. Aproveitava, naturalmente, para saudar publicamente os 100 anos da Sociedade Musical Sesimbrense e o enorme papel cultural que está a ser realizado pela coletividade. -----

-----Perguntou, quanto aos estragos dos temporais, se havia alguma coisa prospetivada relativamente às lagoas que se formam no Marco do Grilo, que em alguns dias a água chega à beira da estrada. Parecia que havia uma boa solução para aqueles caudais, mas com as chuvadas intensas que ultimamente tinham caído não estariam a resultar, por isso gostaria de saber se havia alguma preocupação com isso. -----

-----Questionou qual era a razão da AFLOPS – Associação de Produtores Florestais, ter sido exonerada da direção da ADREPES – Associação para o Desenvolvimento Rural do Península de Setúbal, haveria com certeza uma explicação lógica de porque é que isso aconteceu e que gostaria de saber. -----

-----Usando da palavra o **Deputado Lobo da Silva** referiu, que no dia anterior na reunião da comissão “5”, tinha ficado acordado que não deveriam ser muito extensivos nas suas intervenções, por isso não ia colocar as questões que tinha preparado, no entanto havia uma que não podia deixar de citar. No mandato anterior tinha andado quase um ano a falar do Coreto da Quinta do Conde, na última sessão da Assembleia Municipal tinha falado de um problema de um jovem da Quinta do Conde, e num mês a Câmara Municipal de Sesimbra resolveu o problema. Isto significava que quando se quer, consegue-se. E dava os Parabéns ao Vereador Sérgio Marcelino, que desta vez foi muito proactivo a resolver o problema.



Assembleia Municipal de Sesimbra

-----Tomou o uso da palavra o **Deputado João Rodrigues** que disse que em relação à atividade de auditorias, que basicamente era uma formação dos coordenadores, tinha verificado que o intervalo das auditorias era muito curto, já tinha sido auditor, e perguntava se com esse intervalo tão curto era possível fazer um trabalho, quer de análise, a nível dos desempenhos e dos erros que pudessem ocorrer, quer depois dos circuitos, e depois para a sua melhoria, se era ajustado ou não esse intervalo tão curto. -----

-----Questionou depois, e era uma questão que não tinha a ver com a atividade da Câmara, se corriam algum risco no concelho de Sesimbra de haver algumas instalações, quer da Câmara, quer de ensino, com problemas de estruturas de amianto. Gostaria de saber se existe, onde existe, e se existe quais as perspetivas de resolução desse problema. -----

-----Usou da palavra o **Deputado Nuno Nabais** que referiu que na sequência da visita de dia 31 e das intempéries, e tendo em conta também a questão das auditorias, dos resultados e dos objetivos claramente atingidos em varias áreas, não descurando alguns departamentos, ou gabinetes, mas o Gabinete da Proteção Civil pelo trabalho desempenhado, que está bem à altura daquilo que lhe é exigido. Também o Departamento de Obras Municipais, que com um quadro de trabalhadores cada vez menor, não deixa de realizar e cumprir as tarefas. Portanto queria deixar o reconhecimento por esse trabalho. Num “documentozinho” de 284 páginas conseguia-se colocar num minuto, na primeira página em jeito de índice, ao lado de cada departamento ou gabinete, a página correspondente, porque era digital e convinha ter uma paginação. Era uma sugestão que deixava. -----

-----Interveio depois o **Deputado Rui João** que disse que tinha três questões a colocar ao Sr. Presidente da Câmara. -----

-----A primeira, quais eram as razões da paragem, ou do não avanço, da construção do Polo da Cercizimbra, na Quinta do Conde. A segunda questão tinha a ver com o Cabo Espichel e da Mãe-de-Água, pensava que a Câmara Municipal tinha conseguido financiamento, gostava de saber quando é que daria início às obras. Por último gostaria de saber se existiam algumas verbas em orçamento geral do Estado, ou verbas da Comunidade Europeia, para a realização da variante ao Porto de Sesimbra. -----

-----Terminadas as intervenções, a **Presidente da AM** deu a palavra ao **Presidente da Câmara** para esclarecer as questões colocadas. -----

-----O **Presidente** esclareceu o **Deputado Manuel José Pereira**, quanto à questão da construção dos fogos a custos controlados, na Cotovia, não tinham nenhuma informação final sobre esta matéria. Aquilo que sabiam era que a empresa se tinha comprometido a avançar com uma 1ª fase, se houvesse o número



Assembleia Municipal de Sesimbra

mínimo de interessados na aquisição dos fogos, o que na atual conjuntura não sucedeu, e não avançaram com a construção do edifício. Tinha pedido ao serviço de habitação para estabelecer contatos com a empresa, e até ao momento não tinha tido resultados práticos. No entanto tinham ouvido, que a empresa estava a trabalhar fora do país, num país Árabe, infelizmente como aconteceu com muitas empresas. De qualquer forma a Câmara estava totalmente salvaguardada, não havia nenhuma construção no terreno, não havia sequer princípio de ruína, a Câmara tinha o direito da reversão dos terrenos no caso de não haver construção, tinha recebido uma quantia, na altura da hasta pública, que não teria que devolver. E se não for possível concluir o projeto de habitação a custos controlados, teriam que pensar numa outra solução, embora não estivessem a ver condições para a Câmara promover habitação social. Não havia meios de financiamento para habitação social de raiz, mesmo no próximo Quadro Comunitário de Apoio não iria haver, quanto muito aquilo que poderia haver, seria para conservação de bairros municipais. Portanto era uma matéria que teria que ser devidamente avaliada.--

-----Quanto à questão da piscina do Grupo Desportivo de Sesimbra (GDS), informou que havia um conjunto de negociações em curso desde o final de 2013, o GDS procurou a Câmara confrontando-os com a dificuldade que estava a ter na gestão da piscina, porque não conseguiam suportar os custos de funcionamento, porque o Clube tinha contraído empréstimos, que a Câmara Municipal através de apoios financeiros que atribuía ajudava a pagar, mas a solução não podia ser contribuir novos empréstimos para cobrir os défices, e no ano a seguir contrair novos empréstimos, porque seria um poço sem fundo. -----

-----Portanto a Câmara estava a analisar a possibilidade de ficar com a gestão da piscina, não estavam a ver nenhuma entidade privada a querer gerir um equipamento que produz um défice. Naturalmente que era sempre possível tentar melhorar os indicadores, mas também toda a gente estava consciente, que as condições das famílias, presentemente, não são propícias a que este tipo de equipamentos tenha um futuro risonho. As pessoas com as dificuldades enormes com que estão confrontadas no dia-a-dia, obviamente que era neste tipo de coisas que cortavam em primeiro lugar, e a piscina sem clientes não funciona e tem uma despesa regular fixa. Portanto entendiam, que a Câmara não se podia pôr de fora desta matéria. Logo que as coisas estivessem mais definidas informariam a Assembleia Municipal. -----

-----Quanto à questão do corte dos pinheiros disse, que tinha havido de facto um indivíduo que entrou no terreno da Câmara e num terreno de um particular, na Carrasqueira, que cortou meia dúzia de pinheiros, e que após ser confrontado com a situação, comprometeu-se em pagar à Câmara uma indemnização. Mas havia ainda outra polémica com os pinheiros, na presente semana tinha sido

Ata nº 7 – Mandato 2013-2017



Assembleia Municipal de Sesimbra

surpreendido com uma notícia na televisão, segundo informação da QUERCUS, de que havia milhares de pinheiros a serem cortados na freguesia da Quinta do Conde. A Câmara gostaria até de convidar a QUERCUS para lhes mostrar aonde é que foram cortados esses milhares de pinheiros, porque não conseguiam identificar onde foi. Aliás, presentemente nem havia milhares de pinheiros na freguesia da Quinta do Conde, já tinha havido muitos anos atrás. Portanto, havia alguma confusão com pinheiros que estavam a ser cortados no concelho do Seixal. Como as pessoas não sabiam em que concelho era, diziam asneiras, e a própria QUERCUS, lamentavelmente, subscrevia essas asneiras.-----

-----Quanto à Derrama disse que aquilo que a Câmara estava a fazer, era ir de encontro ao que foi aprovado na Assembleia Municipal, que recomendou à Câmara que para o próximo ano fiscal considerasse a possibilidade de dar um conjunto de incentivos. Essa deliberação só iria à Câmara em setembro, ou outubro, portanto até iriam trabalhar no sentido da proposta que for à Câmara encaixar algumas das sugestões que foram apresentadas na recomendação. -----

-----Quanto aos estragos causados pelos temporais, disse que felizmente o concelho de Sesimbra até tem sido bastante protegido, comparado com os enormes temporais que tem assolado o país. Não queria dizer com isto que não tivesse acontecido nada, sabiam que tinham caído algumas árvores, uns postes, mas comparativamente ao que aconteceu noutros sítios podiam dar-se por satisfeitos. Mas relativamente àquilo que tem acontecido, tinha havido de facto uma eficácia muito grande por parte Proteção Civil, com o apoio das máquinas da Câmara, que tinham conseguido responder rapidamente sem, muitas das vezes, essas situações terem impacto visível. -----

-----Em relação às águas da bacia de retenção disse que a bacia de retenção estava a cumprir a sua missão, aliás, ainda estava só a cumprir parcialmente, porque o objetivo da sua criação era para que as águas pluviais do Casal do Sapo venham a ser para lá encaminhadas. Essas águas pluviais verdadeiramente ainda não estavam a funcionar em pleno, só funcionariam em pleno quando as ruas estivessem pavimentadas e os sumidores estivessem operacionais. Portanto a água que lá chega, é a água que vem através dos arruamentos do Casal do Sapo e se encaminha para aquele lado. A água que vai para a estrada, é a água que cai no próprio terreno, a bacia nunca foi pensada para resolver aquele problema, mas admitia que se pudesse estudar alguma solução. -----

-----Quanto à questão do jovem da Quinta do Conde, esclareceu que a razão de ser de não ter havido logo uma resposta imediata, antes ainda da intervenção do Deputado Lobo da Silva, foi porque se teve que analisar se a colocação da sinalética se justificava que fosse objeto de isenção, ou não. Porque nestas

Ata nº 7 – Mandato 2013-2017



Assembleia Municipal de Sesimbra

situações a Câmara tinha que avaliar se o sinal a colocar, que é um sinal de uso privado, está sujeito a uma taxa municipal, ou pode ser isento. E isso implica que a pessoa faça prova dos seus rendimentos para haver essa decisão. Portanto aquilo que o Vereador fez, foi colocar o sinal e depois logo se decidiria se havia lugar a isenção, ou não havia.-----

-----Relativamente às auditorias informou que para além da auditoria ao município feita pela APCER, no âmbito da Certificação da Qualidade, e que é feita de dois em dois anos, a Câmara instalou um mecanismo de auditorias internas aos vários serviços. Que nuns serviços são anuais e noutros serviços são bianuais, até ao momento os serviços estavam satisfeitos, porque este modelo permitia avaliar novas situações e corrigir novas situações. Portanto não lhe parecia que isso causasse grandes perturbações nos serviços, pelo contrário permitia introduzir melhorias no funcionamento dos serviços. -----

-----Em relação às estruturas de amianto citou que esta questão estava na ordem do dia na comunicação social. Havia algumas estruturas de amianto no concelho de Sesimbra, mas não sabia responder se estavam em situação perigosa para as pessoas que estão debaixo dessas estruturas. Sabia que nas escolas do concelho, as que são da responsabilidade do município, apenas uma escola tem cobertura de amianto, que é a Escola das Fontainhas, que pensava não estar numa situação de pôr em risco os seus utilizadores. Havia ainda outros equipamentos, o mercado municipal de Sesimbra, a parte que está virada para a Câmara, e algumas coberturas do Parque de Campismo, que pensava que também não estava numa situação de risco, mas iriam avaliar. -----

-----Quanto à Cercizimbra da Quinta do Conde disse que de facto a obra estava parada, mas já era expectável. A Cercizimbra tinha entendido na altura que tinha alguma disponibilidade financeira de avançar com a obra, a Câmara decidiu apoiar com 25%, havia um empreiteiro disponível para avançar com a obra no ritmo que a Cercizimbra conseguia, e foi possível fazer, com o dinheiro que havia, toda a parte de estrutura que estava em pé. Porque a estratégia da Cercizimbra era esperar, a exemplo do que aconteceu com outros equipamentos, que o facto de haver uma estrutura de pé fosse um elemento de pressão sobre as entendidas financiadoras da Administração Central, que permitisse depois avançar para o resto da obra. Infelizmente na conjuntura atual não há nenhuns programas nesse sentido. E as empresas do concelho que no passado deram grande ajuda à Cercizimbra, presentemente não estavam em condições de apoiar a Cercizimbra. Portanto a Cercizimbra estaria a avaliar o melhor momento para concluir a obra. -----

Ata nº 7 – Mandato 2013-2017



Assembleia Municipal de Sesimbra

-----Relativamente à Mãe-de-Água, disse que de facto a Câmara tinha um projeto, tinha sido objeto de financiamento do PRODER- Programa de Desenvolvimento Rural, por via da ADREPES - Associação para o Desenvolvimento Rural da Península de Setúbal, estavam a ultimar o projeto de execução e esperavam que dentro de alguns meses pudesse iniciar-se a obra.-----

-----Quanto à variante do Porto de Sesimbra citou que o que havia de novo, era que no relatório que foi feito e que foi muito divulgado na Comunicação Social, e onde apareceu as 30 obras prioritárias, não aparece nenhuma obra para o concelho de Sesimbra. No entanto, nas 400 páginas que esse relatório tem, e que pode ser consultado na Internet, aparece lá a variante à EN 378, entre a Carrasqueira e o Porto de Sesimbra, portanto não aparece nas 30 obras prioritárias mas está identificada nas outras obras rodoviárias, o que não deixava de ser importante. Esperavam que em breve tivesse alguns resultados práticos. Pela sua parte, pensava abordar este assunto a curto prazo, numa reunião já agendada com a Administração de Portos de Setúbal e Sesimbra (APSS), uma vez que também é diretamente interessada, e sugerir à APSS uma reunião conjunta com as Estradas de Portugal. Citou que a variante nunca será feita antes de 2016, mas terá que ser feita no Quadro Comunitário, portanto até 2020.-----

-----Seguidamente o Presidente da Câmara solicitou ao **Vereador José Polido** que esclarecesse a questão da AFLOPS. Tendo o Vereador esclarecido que como a AFLOPS pertencia à Direção da ADREPES, e como a ADREPES entrou num processo de insolvência, a AFLOPS deixou de aparecer às respetivas reuniões da direção. As reuniões da direção para terem legitimidade, têm que ter um número maior de privados do que de públicos, e portanto houve a necessidade de exonerar a AFLOPS e colocar outro membro na própria direção. Esse novo membro é uma Instituição de Palmela, e isso foi efetuado recentemente. E era isto que sabia. -----

-----Foi cedida a palavra ao **Deputado Miguel Bastos** que referiu que a piscina do Grupo Desportivo de Sesimbra é uma infraestrutura importante para o concelho e a Câmara tinha sempre a obrigação de a ter e de a sustentar, porque é uma infraestrutura de serviço social, e de serviço público, e não se podia ver na perspetiva de rentabilidade. Portanto da sua parte, a Câmara teria sempre o seu apoio na gestão daquele processo e tinha obrigação de o fazer, como um bem público que tem que existir. No entanto não gostaria de ficar calado, sobre uma problemática que tinham tendência para aceitar e admitir. A nível concelhio e a nível nacional havia uma determinada tendência para as instituições, ou associações, terem às vezes mais olhos que barriga e meterem-se em projetos para os quais não tem dimensão nem capacidade. As câmaras, as autarquias, e os autarcas, porque se incomodam em dizer não, vão

Ata nº 7 – Mandato 2013-2017



Assembleia Municipal de Sesimbra

alimentando o projeto, havia financiamentos do Estado em grande escala e depois ficavam com o menino nos braços. Portanto tinham que começar a ter consciência e a ter a coragem, que em determinado espaço tinham que dizer não. -----

-----Terminadas as intervenções, a **Presidente da AM** deu início ao ponto **2. EMPRÉSTIMO DE CURTO PRAZO ATÉ AO MONTANTE DE 1,5 MILHÕES DE EUROS – CLÁUSULAS CONTRATUAIS.** -----

-----Informou que a referida matéria tinha baixado à respetiva Comissão, da qual era Coordenador o Deputado Pedro Mesquita, que tinha reunido no dia anterior com a presença do Presidente da Câmara e do Vereador José Polido. -----

-----Deu a palavra ao **Coordenador da Comissão “5”, Deputado Pedro Mesquita**, que referiu que de facto tinham reunido para fazer a análise deste ponto, Empréstimo de Curto prazo até ao montante de 1,5 milhões de euros, com especificidade nas cláusulas contratuais. Foram avaliadas as cláusulas contratuais por parte dos responsáveis e dos representantes das várias bancadas, foram colocadas algumas questões ao Sr. Vereador José Polido, que prontamente respondeu, dentro do seu conhecimento sobre a matéria. Para não se alongar muito mais, e uma vez que foi do consenso de todos os intervenientes votar favoravelmente este ponto, solicitava à Sr^a Presidente, se assim entendesse, colocá-lo à votação. -----

-----A **Presidente da Assembleia** colocou à votação o ponto **2. EMPRÉSTIMO DE CURTO PRAZO ATÉ AO MONTANTE DE 1,5 MILHÕES DE EUROS – CLÁUSULAS CONTRATUAIS.** -----

-----“A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, sob proposta da Câmara Municipal de Sesimbra, autorizar a contratação de um **Empréstimo de curto prazo até ao montante de 1,5 milhões de euros com o Banco BPI, S.A.**, de acordo com as condições apresentadas: -----

-----1. **Natureza:** Abertura de Crédito em regime de conta-corrente, sendo as verbas libertadas a pedido do Município, assim como os reembolsos intercalares dependerão de pedido dos mesmos. -----

-----2. **Montante:** Até 1 500 000 Euros (Um Milhão e Quinhentos Mil Euros). -----

-----3. **Finalidade:** Apoio de Tesouraria. -----

-----4. **Prazo Global:** Até 31 de dezembro de 2014. -----

-----5. **Taxa de juro:** O empréstimo vencerá juros a uma taxa indexada à “Euribor” a 3 meses, acrescida do *spread* de 2,25% sem qualquer arredondamento. -----

-----6. **Pagamento de juros:** Os juros serão calculados dia a dia sobre o saldo devedor e pagos, postecipadamente, em prestações trimestrais; -----

Ata nº 7 – Mandato 2013-2017



Assembleia Municipal de Sesimbra

-----7. **Reembolso de Capital:** De acordo com as disponibilidades do município, com liquidação imperativa até 31 de dezembro de 2014.-----

-----8. **Garantia:** De acordo com a legislação em vigor.-----

-----9. **Comissões:** Não haverá lugar à cobrança de quaisquer comissões.”-----

-----Seguidamente a **Presidente da AM** deu início ao ponto **3. CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – CONSTITUIÇÃO**. Informou que como todos sabiam, o Conselho Municipal de Educação era um órgão que estava contemplado na Lei, nas competências das autarquias, e tinha que obrigatoriamente estar presente numa sessão da assembleia para ser aprovado a sua constituição. Portanto tinham ali o enunciado dos representantes das diversas entidades e estavam em condições de votar.-----

-----Colocou à votação o ponto **3. CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – CONSTITUIÇÃO**.-----

-----Tendo a Assembleia Municipal deliberado, por unanimidade, nomear sob proposta da Câmara Municipal de Sesimbra, a constituição do Conselho Municipal de Educação, para o quadriénio 2014/2017, com os seguintes elementos:-----

----- - Presidente da câmara municipal, Augusto Pólvora;-----

----- - Presidente da assembleia municipal, Odete Graça;-----

----- - Vereadora do pelouro da educação, Felícia Costa;-----

----- - Delegado regional de educação de Lisboa e Vale do Tejo (DGEstE), João Tavares Passarinho;-----

----- - Presidente da junta de freguesia de Santiago (eleito pela assembleia municipal, em representação das freguesias do concelho), Ana Margarida de Almeida Cruz Narciso;-----

----- - Representante do pessoal docente do ensino secundário público, Rui do Bem (agrupamento de escolas de Sampaio);-----

----- - Representante do pessoal docente do ensino básico público, Luis Pacheco (agrupamento de escolas da Boa Água);-----

----- - Representante do pessoal docente da educação pré-escolar pública, Graça Cardoso (agrupamento de escolas Navegador Rodrigues Soromenho);-----



Assembleia Municipal de Sesimbra

----- - Representante dos estabelecimentos de educação e de ensino básico e secundário privados, Maria João Candeias (Caso Notável), como membro efetivo, e Susana Sobral (colégio Educa a Brincar), como membro suplente;-----

----- - Representantes das associações de pais e encarregados de educação: Rossela Leitão (associação de pais da escola básica integrada da Boa Água) e Lina Marçalo (associação de pais das escolas básicas de Alfarim e Aiana), como membros efetivos, e Sandra Oliveira (associação de pais da escola básica do Castelo) e Paulo Duarte (associação de pais da escola básica nº 3 da Quinta do Conde), como membros suplentes;-----

----- - Representante das associações de estudantes: a designar, considerando que ainda não estão constituídas as associações de estudantes das duas escolas secundárias do concelho; ---- -

----- - Representante das instituições particulares de solidariedade social, Ana Isabel Van Krieken (Cercizimbra);-----

----- - Representante dos serviços públicos de saúde, a designar;-----

----- - Representante dos serviços da segurança social, Isabel C. Antas;-----

----- - Representante dos serviços de emprego e formação profissional, a designar;-----

----- - Representante dos serviços públicos da área da juventude e do desporto, Fernando Almeida (associação cultural e desportiva da Cotovia);-----

----- - Representante das forças de segurança, João Francisco de Jesus Contente (Guarda Nacional Republicana).-----

----- Posteriormente a **Presidente da AM** deu início ao ponto 4. **PROJECTO DE LEI Nº 472/XII/3º (LIMITES TERRITORIAIS ENTRE OS CONCELHOS DE SESIMBRA E DO SEIXAL) DA INICIATIVA DO GRUPO PARLAMENTAR DO PCP – PEDIDO DE PARECER PELA COMISSÃO PARLAMENTAR DE AMBIENTE, ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E PODER LOCAL.**-----

-----Informou que este ponto dizia respeito a uma solicitação dirigida à Assembleia Municipal pela Comissão Parlamentar de Ambiente, Ordenamento do Território e Poder Local, na sequência de uma iniciativa do Grupo Parlamentar do Partido Comunista Português, quanto à questão que era solicitada à Assembleia Municipal sobre os limites territoriais entre os concelhos de Sesimbra e Seixal, nomeadamente questão consubstanciada já naquele Projeto-Lei. Tinham tido a oportunidade de

Ata nº 7 – Mandato 2013-2017



Assembleia Municipal de Sesimbra

esclarecer que o assunto já tinha merecido a apreciação ao nível da Assembleia Municipal, e era nessa sequência que era depois dirigida à Assembleia da República, pela Comissão Permanente, qua a Assembleia Municipal se pronunciase sobre o teor do referido Projeto-Lei. Acrescentou, que a mesma solicitação também tinha sido dirigida ao Sr. Presidente da Câmara, e que a Câmara já tinha respondido. Naturalmente que este processo estava de acordo com aquilo que tinha sido a deliberação inicial da Assembleia Municipal, quer ao nível da própria Câmara, quer ao nível da própria Assembleia. Portanto o que significava que estavam em condições de darem a sua opinião.-----

-----Questionou os Deputados se queriam colocar alguma questão sobre o assunto. -----

-----Usou da palavra o **Deputado Manuel José Pereira** que referiu que tinha recebido no presente dia a lista do expediente recebido na assembleia, e tinha sido surpreendido com um *email* do Sr. Funina sobre os limites territoriais entre os dois concelhos. O Sr. Funina não estava ali presente, mas no final do seu *email* dizia que gostava de receber uma resposta, portanto achava que no mínimo devia haver uma resposta à questão que o município colocava. Dava-lhe a ideia que a teoria por ele defendida, era que os municípios entre si resolvem, mas os municípios, ou os proprietários, não resolverão integralmente. Portanto gostaria de ter o mínimo de esclarecimento sobre isso antes de avançarem para a votação.---

-----Aquilo que gostaria também de perguntar, e supunha que poderiam ter também essa informação, era se os órgãos da freguesia, quer da Quinta do Conde, quer de Fernão Ferro, e a própria Câmara do Seixal, já tinham deliberado sobre a matéria, e se era uma questão consensual para todos. Pensava que a Câmara Municipal de Sesimbra deveria ter seguramente alguma informação e não lhes faria mal nenhum saberem. -----

-----A **Presidente da AM** referiu que tinha o processo do Sr. Funina em cima da Mesa, porque estava à espera que ele aparecesse e que quisesse fazer uma intervenção. Gostaria de dizer, e tinha sido enviada a todos os deputados da Comissão de Líderes e também ao Coordenador da Comissão respetiva, a intervenção que o Sr. Funina fez, exatamente na altura da deliberação daquela matéria na Assembleia, a 26 de fevereiro de 2012. Naturalmente quando ele diz que gostaria de obter uma resposta, convinha dizer que o Sr. Funina tinha enviado o *email* no dia 13 e estavam no dia 14, e na realidade aquilo que lhe poderia dar conhecimento, era da solicitação do Parecer da Comissão da Assembleia da República e do ponto da situação que esteve na base da deliberação que iam ter naquele dia na Assembleia Municipal.

-----Depois cedeu a palavra ao **Presidente da Câmara Municipal** que referiu que aquele pedido do Parlamento vinha na sequência do Projeto-Lei apresentado por uma partido, e que esse projeto-lei veio

Ata nº 7 – Mandato 2013-2017



Assembleia Municipal de Sesimbra

na sequência de uma deliberação unanime dos órgãos municipais das freguesias dos dois concelhos. Portanto algum partido teria que pegar na proposta unanime dos dois concelhos, e foi o PCP, talvez não se estranhasse, porque é a força maioritária nas autarquias dos dois concelhos e, por uma questão formal, até porque poderia estar a apresentar uma proposta que tivesse algumas diferenças em relação à deliberação que a Assembleia Municipal já tinha aprovado, o Parlamento pediu aos diversos órgãos autárquicos, quer do Seixal, quer de Sesimbra, que se pronunciassem. Portanto estavam a pronunciar-se exatamente sobre a mesma matéria que se tinham pronunciado anteriormente, não havia nada de novo a acrescentar. Na Câmara Municipal de Sesimbra já tinham deliberado novamente, e por unanimidade. Quanto ao concelho do Seixal, não sabia responder se já tinham deliberado ou não, mas durante o mês em curso todos os órgãos dos dois concelhos tinham que deliberar sobre a presente matéria. -----

-----Esclareceu, quanto às dúvidas do Sr. Funina, que eram as mesmas que este já tinha expressado na Assembleia Municipal. Não sabia o que é que o Sr. Funina esperava que aquele processo resolvesse, pensava que ele estaria a confundir as questões com a divisão de propriedade e da posse dos lotes naquele território com a questão dos limites. Porque com a questão dos limites estavam apenas a tornar legítimo o que já existe há muitos anos. Ou seja, que todos os proprietários que vivem no Pinhal do General, que licenciaram as suas casas no concelho de Sesimbra, que pagam a água no concelho de Sesimbra, que têm os serviços urbanos prestados pela Câmara de Sesimbra, mas formalmente continuam a ter as suas casas no concelho do Seixal. E para efeitos dos Censos aqueles moradores, que são cerca de 700, estão contabilizados como residentes do concelho do Seixal, prejudicando a Câmara Municipal de Sesimbra, e porque são de facto residentes do concelho de Sesimbra. Portanto não estava a ver o que é que a presente situação podia prejudicar as intenções do Sr. Funina em relação a outras matérias. -----

-----Não havendo mais nenhum pedido de intervenção, a **Presidente da AM** colocou à votação o ponto **4. PROJECTO DE LEI Nº 472/XII/3º (LIMITES TERRITORIAIS ENTRE OS CONCELHOS DE SESIMBRA E DO SEIXAL) DA INICIATIVA DO GRUPO PARLAMENTAR DO PCP – PEDIDO DE PARECER PELA COMISSÃO PARLAMENTAR DE AMBIENTE, ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E PODER LOCAL.** -----

-----A Assembleia Municipal deliberou, de acordo com solicitação da Comissão Parlamentar de Ambiente, Ordenamento do Território e Poder Local, emitir, por unanimidade, parecer favorável ao Projeto de Lei n.º 472/XII/3.º (Limites territoriais entre os concelhos de Sesimbra e do Seixal) da iniciativa do Grupo Parlamentar do PCP. -----

Ata nº 7 – Mandato 2013-2017



Assembleia Municipal de Sesimbra

-----Dando início ao ponto **5. PROGRAMA DOS 40 ANOS DO 25 DE ABRIL**, a **Presidente** informou que o programa que tinha sido enviado podia parecer um pouco sintético, na medida em que não era suficientemente pormenorizado ao ponto daquilo que poderia ser os três momentos da comemoração do 25 de abril, no que se refere à responsabilidade da Assembleia Municipal. E gostaria de deixar claro que o programa ali apresentado de forma resumida, tinha sido trabalhada ao nível da Comissão de Líderes, com contributos de todas as partes, e iam continuar a trabalhá-lo porque ele carecia de pormenorizações e um levantamento mais criterioso. No entanto queria realçar, que o Programa dos 40 anos de abril, ou Memórias de abril em Sesimbra, se iria vivenciar concretamente em dois tipos de acontecimentos. -----

-----O primeiro dizia respeito à realização de três debates, que deveriam ocorrer em sede de cada uma das três freguesias, nomeadamente Castelo, Quinta do Conde e Santiago, que obviamente teria que revisto com mais pormenor, quer ao nível da Comissão de Líderes, quer ao nível das freguesias. E depois, no dia 27 de abril, uma sessão pública que decorreria no Cineteatro Municipal João Mota, com a apresentação daquilo que foram estas quatro décadas, como também, com participações de organizações culturais do concelho de Sesimbra, com as quais já tinha tido a oportunidade de contatar e de trabalhar, ainda que genericamente, o respetivo programa. Para além desta iniciativa, teriam ainda a participação dos jovens da AMJovens, que tinham para o “Período de Antes da Ordem do Dia” da sua Assembleia, que se iria realizar no dia de 08 de maio, uma intervenção sobre uma Saudação ao 25 de Abril, situação que estavam a analisar com as respetivas escolas. -----

-----Acrescentou, que havia também intenção, da parte da Comissão de Líderes, ainda que de uma forma singela, agradecer homens e mulheres que passaram por responsabilidades nos órgãos autárquicos, nomeadamente, Câmara e Assembleia Municipal, e também outros que trabalharam ao longo de muitos anos e também mereciam essa consideração e esse agradecimento. Naturalmente que se tratava sempre de um agradecimento sempre incompleto, sempre insuficiente, mas também desejavam protagonizá-lo como um reforço daquilo que deve ser a democracia no futuro e vivenciá-la no dia-a-dia. Por isso o programa do 25 de abril, da responsabilidade direta da Assembleia Municipal, era aquele que genericamente lhes estava a ser apresentado, e que na próxima assembleia a realizar em abril seria apresentado de uma forma mais clara e explícita aquilo que iria ser esses três momentos. -----

-----Por fim a Presente da AM informou, que a lista dos eleitos que seriam agraciados na cerimónia a realizar dia 27 de abril seria anexada à ata da presente sessão. -----

-----Depois cedeu a palavra aos deputados para se pronunciarem sobre o programa apresentado.-----

Ata nº 7 – Mandato 2013-2017



Assembleia Municipal de Sesimbra

-----O **Deputado Miguel Alarcão Bastos** disse que sobre o ponto em apreciação gostaria de fazer três, ou quatro, comentários. Sobre o projeto dos 40 anos do 25 de abril, pensava que era um documento bastante bem estruturado e que se dividia fundamentalmente em duas partes. Uma parte que está denominada como apresentação, e que achava que era um texto de excelente qualidade, e louvava o seu autor, ou os seus autores, porque achava que dignificava o órgão assembleia e dignificava abril. -----

-----Em relação à segunda parte, referenciada como as 40 memórias de abril, três questões se lhe levantavam. A primeira, saber quem ia organizar e escolher as 40 memórias de abril, qual seria a metodologia a seguir, e como se iriam encontrar as opções. -----

-----A segunda, gostava de saber como é que a Assembleia pretendia fazer a cerimónia pública, porque o documento da proposta era muito curto sobre esse aspeto. No entanto o documento que tinha sido distribuído no decurso da presente assembleia já lhes dava mais algumas achegas, mas tinha ainda dúvidas. E embora pensasse que a Comissão de Líderes se iria debruçar sobre esta problemática, não gostaria de deixar de focar o seguinte: Compreendia que quem está no ativo se queira distanciar de agradecimentos, ou agraciamentos, no entanto alguns que estão no ativo pelo trabalho que desenvolvem ao longo de vários anos, muitas décadas, não os via integrados no agraciamento. Pensava que devia ser refletido, de que forma será mais correto tomar esse tipo de opção. Por um lado compreendia que as pessoas pretendam afastar-se porque estão no ativo. Por outro achava que era uma injustiça face a essas pessoas, que ao comemorar-se 40 anos do 25 de abril não fossem agraciadas. Portanto deixava à consideração da Comissão de Líderes fazer uma proposta à Assembleia sobre este conteúdo. -----

-----Por último, disse que havia uma questão que não conseguia perceber, a data. Sendo a cerimónia da sessão pública da Assembleia Municipal, um dos pontos altos das comemorações de abril no concelho de Sesimbra, pensava que não fazia sentido comemorarem abril no dia 27. Porque abril é demasiadamente importante e tem uma data que é o 25, e é nesse dia que se deve comemorar. Assim como não faria sentido se comemorassem o 1º de maio, a 3 ou 4 de maio, ou comemorar o Natal no fim do ano. Porque há datas que pela sua importância devem ser comemoradas no próprio dia. -----

-----O **Deputado Manuel José Pereira** disse que tinha um documento escrito que os deputados iriam ter a paciência de o ouvir ler, mas que era também já a Declaração de Voto do PS. Mas antes disso gostava de dizer que a Câmara não tinha tomado qualquer decisão sobre as comemorações do 25 de abril, nem a Assembleia Municipal, que só ia tomá-la na presente sessão. Por isso achava muito estranho



Assembleia Municipal de Sesimbra

ter saído no Boletim Municipal, no dia anterior, o alinhamento daquilo que iam ser as efemérides relativas aos 40 anos do 25 de abril. -----

-----Quanto à questão do dia 27 o seu companheiro Miguel Bastos já tinha falado, mas preocupava-se com o seguinte: embora sempre tivesse defendido que a comemoração do 25 de abril se devia fazer na rua, a sala mais digna para se fazer qualquer coisa, que é o Cineteatro, no dia 25 de abril estava ocupada com outra iniciativa. Será que havia alguma coisa que pudesse justificar essa atitude? quanto a si só poderia ser caso se pensasse fazer a comemoração noutra local. Quando tomaram posse tinham referido a importância que teria esta comemoração no atual mandato. E se era importante comemorar, mais importante que os 38 ou os 39, também era importante que a memória de 2014 perdure para o futuro. Perguntava o que é que ia perdurar da comemoração tal como ela estava desenhada. -----

-----Depois passou à leitura do documento que foi também a Declaração de Voto do PS, e o qual se transcreve:-----

-----*“Cara Presidente da AM, caros colegas, caro Presidente da Câmara e Vereadores
-----Conforme por mim prometido, em nome do PS, e até por sugestão da Sr.ª Presidente da AM, tendo ficado bem claras as divergências que nos separam da CDU, bem como, porque não dizê-lo, e até o que nos une, quanto às comemorações dos 40 anos do 25 de Abril em Sesimbra, que é também a celebração do regime democrático, da liberdade e da cidadania plena em Portugal, para além da afirmação do Poder Local democrático, no que aos eleitos autárquicos mais importa, segue então a Declaração de Voto a favor que o PS se viu “obrigado” a fazer. -----*

-----*E, se votamos a favor, porquê essa necessidade? Perguntarão alguns de vós. -----*

-----*Porque o PS:-----*

-----*1º: queria celebrar na rua com as Populações e não em ambiente fechado, apenas acessível a uma elite de 200 ou 300 pessoas, nomeadamente aos atuais e ex-autarcas e às instituições do “costume”;*

2º: propôs enquadrar a juventude, os artistas e as escolas, as instituições do movimento associativo, em suma comemorar com TODOS os que estivessem disponíveis; -----

-----*3º: queríamos potenciar a presença das pessoas através da simbologia do que representa celebrar 40 anos de Abril, bem como, não só deixar dessa comemoração marcas indeléveis e de grande visibilidade (tipo um exemplar de Arte pública na Vila sede de concelho), como ainda tentar que estes momentos fossem um “clique” na memória das pessoas pelos tempos em que a sua participação era decisiva na ação dos poderes políticos, o que, não é claramente o caso, nos tempos que correm; -----*

Ata nº 7 – Mandato 2013-2017



Assembleia Municipal de Sesimbra

-----E 4º: porque o PS entende que algo tem que mudar nas nossas atitudes (dos políticos locais) e nos nossos modelos e práticas de fomento da participação cívica e política; a tradição é importante, mas os esquemas mentais atuais seguem, felizmente, uma lógica de modernidade a que teremos que mostrar saber responder.... Em especial aqui na nossa terra!-----

-----Além de tudo o que ficou dito, o PS tem ainda um conjunto de propostas no âmbito da Cidadania que vem ao caso referir: a reintrodução do cargo de Provedor do Município, a criação de um Conselho Municipal para a Cidadania, a ida dos eleitos às Escolas a título de formação cívica e democrática, são, entre outras, questões que hoje se impõem como garantia aos cidadãos de que a política é uma atividade nobre e que apenas faz sentido se todos a praticarem. E que isso os fará, acreditamos, mais felizes e mais confiantes e a ter mais esperança na construção de um futuro melhor. -----

-----Dito isto, uma interpelação a todos os presentes se impõe!-----

-----Cada um (com mais de 40 anos) saberá decerto onde estava no 25 de Abril de 1974! -----

-----A nossa pergunta é: e no próximo dia 25 de Abril onde vão estar os eleitos da AM de Sesimbra?--

-----O PS saberá onde vai estar e onde gostaria de VIVER esse dia! Estamos totalmente disponíveis para o programa das comemorações da NOSSA TERRA!-----

-----Mas parece que tal não foi possível. Ou seja vai haver programação variada. E a sessão central da AM, à parte do programa da câmara, que também será à parte dos das Freguesias e das Instituições do movimento associativo, acaba mesmo por se realizar, imagine-se quando? Apenas no dia 27!... -----

-----É talvez o momento de louvar o esforço da Presidente da AM nesta matéria e de o PS dizer que entende a sua dificuldade em tratar estas questões dadas as circunstâncias em que a câmara, entidade que devia assumir a coordenação e a realização de um verdadeiro Programa Municipal, assim não o terá entendido. O qual, obviamente, teria que ser construído em debate democrático com todos os demais órgãos autárquicos (e seus eleitos) e entidades que o desejassem. (Aliás, ocorre-nos agora aqui um paralelismo entre esta situação e o que se passa de divergente entre a Newsletter da AM e o Sesimbra Município!...) -----

-----Foram estas, aliás, as razões que levaram o PS, embora a muito custo, tanto mais que já no ano passado havia feito proposta idêntica e que também foi recusada, a aceitar votar favoravelmente o programa que hoje nos é proposto. -----



Assembleia Municipal de Sesimbra

-----*Na certeza porém de que nos continuaremos a bater, nos órgãos próprios mas também em público e por todos os meios ao nosso alcance, pelas nossas ideias e propostas do que deve ser uma verdadeira e motivadora celebração de Abril e dos seus valores.*-----

-----O **Deputado Lobo da Silva** referiu que lhes custava muito que os 40 anos do 25 de abril fossem comemorados no dia 27. E tinha que dizer que o Sr. Presidente da Câmara tinha cometido um erro político grave, ao aceitar que um cidadão fosse fazer o programa Finisterra no dia 25 de abril, quando se comemora os 40 anos. A Câmara devia ter liderado o processo, o Sr. Presidente tinha cometido um erro ao aceitar que o Cineteatro Municipal fosse ocupado por outra personalidade senão a Câmara ou a Assembleia Municipal, e tinha que o admitir ali perante os deputados e os seus colegas de vereação. ----

-----Relativamente ao espetáculo que a Câmara Municipal ia fazer na Quinta do Conde, gostaria de saber qual era o custo desse espetáculo.-----

-----Quanto ao programa para comemorar os 40 anos do 25 de abril, estava feito, concordavam com ele, mas quanto à data, não estavam de acordo, nem podiam estar. Porque comemorar o 25 de abril dois dias depois, era como comemorar o Natal no dia 28 ou 29 de dezembro.-----

-----O **Deputado Nuno Ribeiro** disse que o que tinha sido dito pelos seus colegas deputados tinha alguma razão de ser, no que dizia respeito à importância que tinha a comemoração dos 40 anos do 25 de abril. Era um marco histórico, era um marco que tinham que aproveitar para marcar a diferença nas comemorações. O Movimento Sesimbra Unida (MSU), ao nível da Comissão de Líderes, concordava com o programa apresentado, mas tinha deixado também uma sugestão e uma expectativa de que aquele programa pudesse ser complementado de alguma forma, com um programa também complementar de comemorações na rua. Sabiam as limitações em encontrar um espaço no dia 25 de abril, e daí terem pensado no dia 27 como alternativa, mas não prescindiam da ideia de que no dia 25 de abril devia ser feita alguma coisa nas ruas, era nas ruas que os cidadãos deviam manifestar o seu contentamento e o seu regozijo por esta data. Foi nas ruas que o 25 de abril essencialmente se deu e portanto era o sítio certo para acontecer a comemoração dos 40 anos. O MSU tinha ainda alguma esperança que a Câmara tomasse alguma iniciativa no dia 25 de abril, existiam várias comemorações nas três freguesias, mas convinha haver algo de integrado, já que não havia que houvesse alguma comemoração nas ruas.-----

-----A **Presidente da AM** referiu que naquilo que se deviam concentrar era efetivamente na proposta de comemoração dos 40 anos do 25 de abril, e aquilo que era responsabilidade direta da Assembleia Municipal e que podia desenvolver essa ação das mais diversas formas, inclusivamente com uma

Ata nº 7 – Mandato 2013-2017



Assembleia Municipal de Sesimbra

assembleia extraordinária. Mas tinha sido entendimento que 40 anos eram importantes, 4 décadas marcantes na vida do município e na vida do País, e era importante também, quer do ponto de vista da vivência democrática, quer do ponto de vista das organizações, que tivessem consciência daquilo que foram os passos significativos do desenvolvimento do concelho nas mais diversas matérias, as assembleias de freguesia, as juntas de freguesias, as assembleias municipais, as câmara municipais, nomeadamente aquilo que era o progresso do município em termos globais. E era nesta medida que surgia na realidade “ 40 Memórias de abril”, ou “Memórias de Abril em Sesimbra”. -----

-----Disse que era evidente, que este assunto pela importância que o mesmo assumia, e como era prática da assembleia, não só neste mandato como no anterior, devia ter a convergência da discussão, da troca de ideias, da troca de perspetivas. Talvez fosse defeito de profissão, mas tinha por hábito que as coisas fossem escritas, para que em função de algo escrito pudessem, modificar, rasgar, deitar fora, mas alguma coisa tinha sido escrita e a partir da qual tinham uma ideia. E tinha nascido efetivamente a ideia que foi trabalhada ao nível da Comissão de Líderes. Portanto convinha dizer, que toda a matéria ia ser obrigatoriamente sempre trabalhada ao nível da Comissão de Líderes.-----

-----Citou ainda, porque estavam já no dia 14 de fevereiro, que se prolongassem para abril o programa da responsabilidade da assembleia correriam um risco, o desenvolvimento de determinado tipo de contatos, o desenvolvimento de compromissos, a feitura de cartazes, a feitura de convites, a abordagem de pessoas, sem que a Assembleia Municipal se pronunciasse e deliberasse sobre a presente matéria. Portanto a intenção foi de criar um compromisso na assembleia, genérico, mas que tinha uma substância base, e por isso tinha solicitado aos serviços que entregassem a cada um dos Líderes um documento daquilo que tinha sido a reunião com o Grupo Coral de Sesimbra, o Grupo Coral Voz do Alentejo da Quinta do Conde, e a Bota Big Band. O que significava que o programa apresentado seria trabalhado nessa medida, e as opções do Deputado Miguel Bastos evidentemente que iam ser tomadas ao nível da Comissão de Líderes. E portanto todo um programa que seria organizado, discutido, delineado e aprovado ao nível da Comissão de Líderes, um trabalho que iam continuar a desenvolver. -----

-----Relativamente às questões colocadas quanto ao dia, não podia ir pela expressão “25 de abril é sempre”, e portanto tanto fazia ser dia 25 como 27, não se tratava disso. O que se tratava, era que em tempo oportuno tinham solicitado as instalações do Cineteatro Municipal, e a resposta dada foi da impossibilidade do mesmo ser cedido porque já estava comprometido, e de imediato foi feita a reserva para o dia 27 de abril. Portanto não podia dizer que era o dia que mais lhe agradava, mas não deviam

Ata nº 7 – Mandato 2013-2017



Assembleia Municipal de Sesimbra

ficar agarrados àquela data e reconhecer que a Assembleia Municipal ia encerrar o ciclo das comemorações do 25 de abril em Sesimbra.-----

-----Disse que era verdade que não estavam contempladas, no presente documento, nenhuma referências à Câmara, porque efetivamente o programa era da responsabilidade da Câmara Municipal, das organizações com quem trabalharam, das associações do município, das juntas de freguesia. Por isso acreditava que um programa completo, é aquele que resulta da participação dos diversos órgãos autárquicos, neste caso concreto, as juntas de freguesia, a Câmara Municipal e a Assembleia Municipal.

-----Cedeu a palavra ao **Deputado Mendes Dias** que referiu que concordavam com o programa das comemorações dos 40 anos, mas, como já tinha dito o seu companheiro Lobo da Silva, gostariam mais que fosse no dia 25 de abril e no Cineteatro Municipal João Mota. Entendiam que o 25 de abril devia ser comemorado, independentemente das opções que cada um tinha ideologicamente, e de facto só as podiam ter livremente porque tinha havido o 25 de abril. -----

-----Dirigindo-se ao Deputado Manuel José Pereira, disse que já tinha mais de 40 anos e que no 25 de abril de 1974, na altura com 17 anos, estava no Terreiro do Paço e tinha subido lado a lado até ao Largo do Carmo, e tinha vivido intensamente esse dia e todos os acontecimentos. -----

-----Depois disse que no 25 de abril, não havendo comemorações em Sesimbra, porque em Sesimbra elas não se podem fazer na rua em Sesimbra, ele estaria com uma delegação muito alargada da UGT na Av^a da Liberdade, numa manifestação da Associação 25 de abril. E depois de acabar a manifestação ainda iriam para Setúbal comemorar o 25 de abril com os trabalhadores. Mas a UGT também comemoraria os 40 anos do 25 de abril em Santarém, com um espetáculo e com uma concentração da estrutura sindical. E após terminar a manifestação, ainda iriam para Setúbal comemorar o 25 de abril com os trabalhadores.

-----Usou da palavra a **Deputada Helena Cordeiro** que referiu que a Câmara Municipal de Sesimbra tem o seu programa próprio, e julgava que, pelo conhecimento que tinha, seria comemorado como todos os anos com o movimento associativo, desta vez centralizando-se na freguesia da Quinta do Conde, que naturalmente é Sesimbra também. E concordava também com a Sr^a. Presidente, não podendo ser feito no dia 25 o programa proposto pela assembleia, também não ficava mal que encerre no dia 27 e que marque efetivamente uma diferença em relação às celebrações dos anos anteriores.-----

-----Referiu ainda, que enquanto deputados municipais, julgavam eles da bancada da CDU, deviam estar no dia 25 de abril junto da população, era esse o entendimento, não tinham o dom da ubiquidade e por isso julgavam que era importante estarem em ambos os locais e não era despropositado que se

Ata nº 7 – Mandato 2013-2017



Assembleia Municipal de Sesimbra

celebrasse no dia 27. Julgavam também que tinha sido uma proposta trabalhada ao nível da Comissão de Líderes e parecia-lhe consensual aprovação daquele programa. E parecia-lhe também que todos iriam colaborar para que tudo corresse pelo melhor. E correr pelo melhor era que o máximo de pessoas participassem nos programas, quer promovidos pela Câmara, quer promovidos pela Assembleia. -----

-----Depois a **Presidente da AM** esclareceu que, face à questão que o deputado Miguel Bastos colocou do enunciado das personalidades que estavam referenciadas nos diversos órgãos autárquicos e eleitos com mais de vinte anos de funções, foi entendimento da Comissão de Líderes que não deviam envolver pessoas que estavam no exercício das suas funções enquanto responsáveis autárquicos. -----

-----Usou da palavra o **Deputado Miguel Bastos** que disse à Sr^a. Presidente que lhe permitisse ter uma análise divergente da sua. Justificava-se eventualmente essa atitude se a Sr^a. Presidente, ou o Sr. Presidente da Câmara, andassem nisto há 2, 3 anos, mas andando há 30, 40 anos achava enquanto membro da Assembleia Municipal e enquanto membro da participação ativa da vida do concelho, que não se sentiria bem consigo mesmo que a Assembleia Municipal, órgão, ao agraciá-los antigos autarcas não tivesse obrigatoriamente a integração da Sr^a. Presidente Odete Graça e do Sr. Presidente Augusto Pólvora. Achava que era errado, enquanto membros da assembleia, não os incluir e agraciá-los. Esta era a primeira proposta que deixava à consideração da Assembleia e, obviamente, da Comissão de Líderes. --

-----A outra proposta era, não conhecia o programa da Câmara Municipal, que achava que o programa de abril estava um bocado vago, na sua perspetiva, e achava que a Assembleia devia convidar o Sr. Presidente da Câmara a fazer uma intervenção pública na cerimónia da Assembleia Municipal. -----

-----A **Presidente da Assembleia** disse que era evidente que o Sr. Presidente seria convidado. A razão porque não estava colocado no programa, a referências às pessoas, aos organismos, às entidades, às instituições, prendia-se com o facto destas poderem ser molestadas. Por outro lado, ao dar conhecimento da última reunião com as organizações e do último alinhamento, prendia-se exatamente de dar-se a conhecer que não havia desvio ao perfil inicialmente traçado, bem pelo contrário. Mas a seu tempo dariam conta do programa completo da iniciativa. -----

-----Pedi a palavra o **Deputado Mendes Dias** para dizer, que o Grupo Municipal do PSD subscrevia a intenção do Deputado Miguel Bastos em relação à homenagem que devia ser prestada no dia 27 de abril, quer a Presidente da Assembleia Municipal, quer ao atual Presidente da Câmara. -----

-----A **Presidente da Assembleia** agradeceu a participação dos deputados e disse que a Comissão de Líderes apreciaria os contributos prestados. -----

Ata nº 7 – Mandato 2013-2017



Assembleia Municipal de Sesimbra

-----Cedeu a palavra ao **Presidente da Câmara** que começou por dizer que não tinha pensado intervir, uma vez que estava em apreciação a proposta da Assembleia Municipal, mas como tinha sido solicitado em várias intervenções e a própria Câmara Municipal via-se obrigado a fazer uma pequena intervenção.

-----Em primeiro lugar queria dizer, que no âmbito da Câmara era a Sr^a. Vice-presidente que estava a acompanhar de perto a programação do 25 de abril, aliás, tinha reunido com a Sr^a. Presidente da Assembleia para acertar uma série de pormenores em relação às propostas que a Assembleia estava a preparar para a programação. Naturalmente que tinha vindo a acompanhar mais à distância, mas estava perfeitamente a par daquilo que estava previsto e proposto. E pensava que era consensual entre todas as forças políticas, que as comemorações deviam ser na rua. Aliás, o Partido Socialista tinha ali recordado, que o ano passado tinha feito uma proposta para as comemorações serem na rua. Como a Câmara também tinha indicado o ano passado que as comemorações dos 40 anos deviam ser na rua e sendo o ponto alto das comemorações o dia 24 e o 25 de abril, parecia-lhes que era consensual a toda a gente. -

-----Portanto quando o promotor da Finisterra, o Carlos Sargedas, que liderou o MSU à Câmara Municipal, foi falar com a Sr^a. Vice-presidente e propôs o encerramento do Finisterra nessa data, tinha achado perfeitamente normal que lhe tivessem dito que a sala do Cineteatro estava livre e a tivessem cedido. Imaginava o que é que os deputados diriam se não tivessem cedido a sala ao Carlos Sargedas, e lhe tivessem dito que precisavam da sala para outra iniciativa, embora não soubessem se a usariam ou não. Pensariam logo que era boicote e que queriam prejudicar alguém só porque esteve envolvido numa campanha partidária diferente da Câmara. Portanto eram presos por ter cão e por não ter. -----

-----Quanto ao programa da Câmara, estava perfeitamente assente, ainda não tinha sido aprovado na Câmara porque havia alguns detalhes para ultimar até à sua aprovação final, mas as linhas mestras estavam gizadas àquilo que seriam os eventos públicos, e perfeitamente articulados, quer com a Presidente da Assembleia, quer com os Presidentes das Juntas de Freguesia, numa reunião que se tinha realizado. E a opção de se escolher a Quinta do Conde, foi a de dar relevo àquela que é hoje a freguesia mais representativa do concelho de Sesimbra, com o maior número de população, uma vila importante, e que deviam assinalar com um marco fazendo lá as comemorações dos 40 anos do 25 de abril. As comemorações seriam centradas no Parque da Vila, no dia 24 de abril à noite, e haveria dois momentos musicais, sendo o nome mais falado e com mais projeção o da Mafalda Arnaud, mas haveria também um grupo. No dia 25 de abril ao longo do dia, haveria um conjunto de eventos, como era habitual todos os

Ata nº 7 – Mandato 2013-2017



Assembleia Municipal de Sesimbra

anos, quer na Quinta do Conde, quer na Vila de Sesimbra, a Marcha da Liberdade, atuações da Banda da Sociedade Musical Sesimbrense, das Escolas de Samba, etc.-----

-----Disse que havia também definido dois marcos importantes, e que davam resposta à questão colocada pelo Deputado Manuel José Pereira. A inauguração de uma peça escultórica no Jardim da Corredora, promovida pela Junta freguesia do Castelo, e a inauguração de uma peça escultórica na rotunda em frente à Junta de freguesia da Quinta do Conde, alusivas aos 40 anos do 25 de abril. Portanto haveria marcos a assinalar os 40 anos do 25 de abril. No 25 de abril, à noite, haveria um espetáculo na Vila de Sesimbra com o Luís Taklim, a convite da junta de freguesia de Santiago. Portanto havia um conjunto de eventos de rua, além de haver, naturalmente, muita gente a querer incorporar-se ao longo do dia 25 de abril em outras iniciativas, como era o caso das manifestações em Lisboa. -----

-----Portanto parecia-lhe que uma iniciativa como a que a Assembleia Municipal estava a promover, que era extremamente interessante, mas era numa sala fechada, seria um bocado contraditório com quem defendia que o 25 de abril devia ser na rua, concentrar o principal evento do 25 de abril numa sala fechada. Portanto não percebia as críticas de que a Câmara tinha sido alvo, quando as coisas se encaixavam perfeitamente. E as comemorações dos 40 anos do 25 de abril, em muitos sítios do país, não são feitas apenas no dia 25 de abril, começam no dia 24 e acabam a 27, arrastam-se por vários dias, aliás, arrastam-se ao longo do ano. Portanto não achava nada de extraordinário que o momento ali previsto fosse feito no dia 27 de abril, porque era num domingo e as pessoas até estão mais disponíveis. -----

-----Seguidamente a **Presidente da Assembleia Municipal** passou à votação o ponto **5. PROGRAMA DOS 40 ANOS DO 25 DE ABRIL**. -----

-----Tendo a Assembleia Municipal **deliberou, por maioria, com 23 votos a favor (13 CDU, 6 PS, 2 PSD e 2 MSU) e 1 abstenção do BE, sob proposta da Comissão de Líderes dos Grupos Municipais, aprovar a proposta de comemoração dos 40 anos do 25 de Abril**.-----

-----Depois o **Deputado José Guerra** apresentou em nome do BE a **Declaração de Voto que se transcreve**:-----

-----“A bancada do Bloco de Esquerda suscitou o debate em torno da indisponibilidade da sala Mário João Sargedas, do Cineteatro Municipal, para acolher a iniciativa da Assembleia Municipal de comemoração do dia 25 de abril, discordando da solução proposta para o dia 27 do mesmo mês. -----



Assembleia Municipal de Sesimbra

-----Entendemos, olhando para o calendário, que do dia 24 ao 27, estavam programadas várias iniciativas, nomeadamente das Juntas de Freguesia e da Câmara Municipal, que poderiam conferir sentido a esta iniciativa, em vez da que está agendada para o dia 27.-----

-----Salientamos que há cada vez mais cidadãos que se afastam da vida política e do debate político, por não se identificarem com a forma distante e puramente institucional das evocações de datas e acontecimentos tão marcantes da nossa vida coletiva.-----

-----Por outro lado ainda, e à semelhança do que acontece sempre com o 1º de maio, não tem sentido comemorar a revolução dos cravos, que devolveu a democracia ao povo português, numa data diferente do próprio 25 de abril.-----

-----Por tudo isto a bancada do Bloco de Esquerda absteve-se na votação desta proposta.”-----

-----Depois a **Presidente da Assembleia Municipal** fez também a seguinte **Declaração de Voto**:

-----“É com satisfação que esta Assembleia Municipal assume a responsabilidade das comemorações do 40º aniversário do 25 de abril, ficando de facto consciente de que com a Vossa participação, hoje com o sentido de voto, seja uma participação efetiva, naquilo que são as comemorações deste concelho e em particular naquilo para o qual todos votámos, que é no dia 27.-----

-----Acredito que esta iniciativa não é uma iniciativa que deve ficar em si mesma, e tal como já foi referido, quer ao nível da Comissão de Líderes, quer ao nível da prática desta Assembleia Municipal, este processo é um processo contínuo, de consciência cívica das populações a favor da democracia, e a favor da democracia começa em cada um de nós ao conversarmos com os amigos, com a família, com as pessoas e com as organizações.-----

-----Por isso, cá estaremos”.-----

-----Não havendo mais nada a tratar, foi encerrado o **“Período da Ordem de Trabalhos”**, e foi por consenso, dispensada a leitura da ata em minuta da presente reunião, que aqui se dá como inteiramente reproduzida para todos os devidos e legais efeitos, tendo a mesma sido considerada aprovada, por unanimidade, procedendo-se à respetiva assinatura.-----

-----Seguidamente, a **Presidente da Assembleia Municipal** declarou encerrada a sessão era uma hora e trinta minutos do dia 15 de fevereiro.-----

-----Para constar, se lavrou a presente ata que vai ser assinada pela Presidente, pelos Secretários e pelos Membros que o desejarem fazer.-----

Ata nº 7 – Mandato 2013-2017